

A INVENÇÃO DO NORDESTE E OUTRAS ARTES



Concurso Nelson Chaves de Teses
sobre o Norte e Nordeste brasileiro



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro , SP, Brasil)**

Albuquerque Júnior, Durval Muniz de

A invenção do nordeste e outras artes / Durval Muniz de Albuquerque Júnior ; prefácio de Margareth Rago. — 5. ed. — São Paulo : Cortez, 2011.

Bibliografia

ISBN 978-85-249-1485-0 (Cortez)

1. Brasil - Nordeste - Civilização 2. Brasil - Nordeste - Condições sociais I. Rago, Margareth. II. Título.

09-01188

CDD-305.8009812

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Nordeste : Aspectos econômicos :
Sociologia 305.8009812

Durval Muniz de Albuquerque Jr.

A INVENÇÃO DO NORDESTE E OUTRAS ARTES

Prefácio de
Margareth Rago

5ª edição
8ª reimpressão

 **CORTEZ**
EDITORA

A INVENÇÃO DO NORDESTE E OUTRAS ARTES

Durval Muniz de Albuquerque Jr.

Capa: DAC

Preparação: Dirceu Scali Jr.

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida

Composição: Linea Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Ilustrações do texto: acervo do Departamento de Iconografia da Fundação Joaquim Nabuco e coleções da Fundação Gilberto Freyre

Texto revisto a partir da 4ª edição em maio de 2009.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.

© 1999 Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 — Perdizes

05014-001 — São Paulo - SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil — junho de 2024

Para Maria minha mãe, que me pariu “Nordeste” e me fez sonhar “São Paulo”, com a mesma saudade que sinto dela agora.

Sumário

Agradecimentos	9
<i>Prefácio: Sonhos de Brasil</i>	13
Apresentação à 4 ^a edição.....	21
Introdução	29
I. GEOGRAFIA EM RUÍNAS	51
O olhar regionalista.....	52
O novo regionalismo.....	60
A literatura regionalista.....	64
Norte <i>versus</i> Sul	70
II. ESPAÇOS DA SAUDADE	78
Enredos da tradição	78
A invenção do Nordeste	88
Páginas de Nordeste	123
Pinceladas de Nordeste	165

A música do Nordeste	171
Cenas de Nordeste	186
III. TERRITÓRIOS DA REVOLTA.....	207
A inversão do Nordeste.....	207
Os argumentos da indignação.....	233
Quadros de miséria e dor.....	271
Imagens que cortam e perfuram	281
Novos planos do olhar	294
Conclusão.....	341
Fontes e Bibliografia	355

Agradecimentos

Este livro é uma versão resumida de minha tese de doutoramento defendida em abril de 1994 na UNICAMP com o título *O Engenho Anti-moderno: A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. É fruto do encontro tenso e frutífero de duas áreas do país que foram inventadas como antagônicas e excludentes. Sou filho desse encontro seja física ou intelectualmente falando. Filho de um amor que nasceu migrante, de um pau(pai)-de-arara por uma paulistinha que, por serem fervorosos católicos, tiveram seus caminhos cruzados numa missa, numa tarde paulistana, em 1954. Após ter crescido convivendo com as enormes diferenças que os separava, mas também com o grande amor que os unia, decidi-me por complementar meus estudos na terra em que minha mãe vivera toda a primeira parte de sua vida, da qual em inúmeras tardes traçara uma geografia afetiva, falando de uma São Paulo onde deixara todos os seus amigos e parentes. E eu viajava com ela, em seu colo, pelo Viaduto do Chá, pela rua Direita, pela Galeria Prestes Maia, onde ela ia passear aos domingos e flertar com os rapazes. Lembro ainda com que satisfação ou desapontamento minha mãe percorreu estes mesmos espaços, em 1968, após dez anos de ausência. E eu, num misto de deslumbramento e medo, procurava naquela metrópole, cujo barulho me fizera estremecer, os espaços que havia imaginado, a geografia imaginária que construía a partir das narrativas da minha mãe. Que surpresa foi descobrir como eram diferentes os lugares, mas como guardavam ao mesmo tempo algum traço de semelhança com o que imaginara, como às vezes até os cheiros lembravam algo daquele espaço que sonhara.

Após terminar a graduação na Paraíba, resolvi fazer a pós-graduação em São Paulo, mais especificamente em Campinas, tornando-me também, do ponto de vista acadêmico e intelectual, filho desse encontro; um migrante em busca do conhecimento, um “baiano enxerido” que muitas vezes teve de ouvir a frase: “Mas você não parece nordestino”. Por isso quero iniciar estes agradecimentos lembrando meus pais e meus professores, que possibilitaram o encontro entre “o Nordeste e o São Paulo” que estão em mim, desde a geografia de meu corpo até o espaço da minha mente. Como todo trabalho, este surgiu do amor e ao mesmo tempo da inquietude que me causam estes espaços em que foi repartido o país e parte de seus habitantes. Amor que se amplia à medida que, para realizar um trabalho como este, encontramos muitas pessoas dispostas a ajudar, tanto em São Paulo, onde realizei grande parte da pesquisa, como no Nordeste, onde redigi o texto final.

Quero agradecer aos funcionários das instituições onde realizei a pesquisa: do Arquivo Edgar Leuenroth, principalmente a Cleusa; da Cinemateca Brasileira, onde Iara se dispôs a passar suas tardes dividindo comigo uma sala escura e rolos de filmes; da Biblioteca Central da UNICAMP, onde Vera e Teresa foram mais do que auxiliares: amigas e incentivadoras; aos funcionários do CEDAE, Centro de Estudos Migratórios, Pinacoteca do Estado, Museu de Arte Moderna, Museu de Arte de São Paulo, Museu da Imagem e do Som, Casa Mário de Andrade, Casa Lasar Segall, IEB, que tornaram possível minha garimpagem de informações.

Meus colegas de Doutorado tiveram participação direta na trajetória que levou a este trabalho por meio do estímulo, do afeto e do alto nível das discussões que mantivemos ao longo do curso. Regina, principalmente, com sua doçura e inteligência.

Aos meus colegas professores do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal da Paraíba, que se desdobraram em meio a tanta carência para possibilitar o meu afastamento para cursar o doutoramento, entre estes Josefa, Eliete, Martha, Socorro, Fábio e Nilda. Agradeço ainda a todos os professores da UNICAMP, notadamente a Edgar de Decca, pela disponibilidade em ler este trabalho ainda no rascunho e proporcionar valiosas iluminações; e especialmente a Margareth Rago

que, mais do que professora, tornou-se cúmplice nas minhas viagens intelectuais ou existenciais, prova maior de que o encontro entre “Nordeste” e “São Paulo” com amor e humor é possível.

Quero agradecer especialmente ao meu orientador Robert Slenes, uma pessoa acima de tudo humana, amiga, simpática e competente.

Aos meus irmãos, Carlos, Solange e Marcus, amigos e alunos, seja em Campinas, seja em Campina, meus sinceros agradecimentos pelo apoio e pela sustentação psicológica indispensável para a conclusão de um trabalho como este.

À minha “secretária” Socorro, que só não fez chover para que eu pudesse terminar este livro.

Contribuíram de forma valiosa para a apresentação final deste texto profissionais competentes e amigos como: Agostinho, Aurizete, Cassandra e Alarcon.

Agradeço à CAPES que, pelo Programa de Capacitação Docente, financiou minha estada em Campinas e todo o período de redação do trabalho, permitindo minha dedicação integral a esta árdua tarefa.

Por fim, quero expressar minha gratidão ao professor, amigo e orientador Alcir Lenharo, de quem sentimos uma grande saudade agora. Este livro é uma pequena homenagem a quem soube vencer qualquer fronteira para semear o saber e o afeto. Este livro é um pequeno fragmento não só da minha vida, mas da sua também. Ele é a prova de que o Alcir vive.

Prefácio

Sonhos de Brasil

“Eu ouço as vozes
eu vejo as cores
eu sinto os passos
de outro Brasil que vem aí”

(O outro Brasil que vem aí.

In: *Talvez Poesia*, Gilberto Freyre)

Até meados da década de 1910, o Nordeste não existia. Ninguém pensava em Nordeste, os nordestinos não eram percebidos, nem criticados como uma gente de baixa estatura, diferente e mal adaptada. Aliás, não existiam. As elites locais não solicitavam, em nome dele, verbas ao Governo Federal para resolver o problema de falta de chuvas, da gente e do gado que morriam de fome e de sede, como registra Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, livro que se tornou filme famoso. Ademais, o problema mal era anunciado; era apenas vivido. Sem grande visi/dizibilidade.

É a esta difícil questão — a emergência do Nordeste — que este livro vem dar explicação. Vem contar, poética e cientificamente, como nasce esta vasta região ensolarada, cheia de vida, de calor humano e de musicalidade, espaço sociopolítico diferenciado e contrastante, carente, pesado, responsável pela existência de tantos problemas, misérias e conflitos. Não se trata, contudo, de um trabalho de geografia física ou de história econômica. Poderíamos dizer que o autor faz *história sentimental*,

se o gênero existir e tiver estatuto científico. Seja como for, é no campo da produção histórica do imaginário social, da construção subjetiva de uma cartografia sentimental, do delineamento dos territórios existenciais, da análise das configurações discursivas, que o autor opera, visando mostrar discursivamente “o que os olhos não veem, mas o coração sente”. Com inteligência e paixão.

O livro, feliz resultado de um imenso trabalho de pesquisa para a realização do doutorado em História na UNICAMP, defendido em 1994, ousa colocar e buscar respostas para uma inusitada questão: *a invenção do Nordeste*, o surgimento de um recorte espacial, de um lugar imaginário e real no mapa do Brasil, que todos nós conhecemos profundamente, não importa de que maneira, mas que nunca pudemos imaginar com uma existência tão recente. O Nordeste de Gilberto Freyre, Jorge Amado, Gabriela, Cravo e Canela; de Dorival Caymi, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Carlinhos Brown; de Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto, Ariano Suassuna; do cangaço, de Lampião e Maria Bonita; das praias maravilhosas, das festas religiosas e da literatura de cordel; esse Nordeste que vive-em-nós não existiu desde sempre, ou pelo menos, desde a “descoberta do Brasil”, por Pedro Álvares Cabral, em 1500?

Durval responde que não e propõe uma outra data de nascimento para esta região: o final da década de dez, deste século. Mas, muito mais do que sinalizar o momento da emergência do Nordeste, este brilhante historiador leva seu argumento muito mais longe, mostrando como a produção deste lugar e de seus habitantes não pode ser explicada se nos colocamos apenas numa perspectiva econômica ou política. Trata-se, como ele aponta incisivamente, da produção histórica de um espaço social e afetivo, ao longo de muitas décadas, a partir de diferentes discursos que lhe atribuíram determinadas características físicas e que o investiram de inúmeros atributos morais, culturais, simbólicos, sexualizantes, às vezes, enervantes. Afinal, falar do Nordeste é mencionar o clima quente, a sexualidade do “Brasil tropical”, das mulatas e negras sensuais, que muitos estrangeiros admiram; é referir-se ao carnaval, que dura o mês inteiro, e lembrar-se do povo “melancólico”, como define Paulo Prado em *Retrato do Brasil*, para se referir ao estado de prostração sexual em que vive os

brasileiros, amantes dos excessos libidinosos; é falar da gente preguiçosa, promíscua, mole, improdutiva e violenta. Em outras palavras, é inventariar os muitos estereótipos e mitos que emergiram com o próprio espaço físico reconhecido no mapa, composto por alguns estados e cidades. É mobilizar todo o universo de imagens negativas e positivas, socialmente reconhecidas e consagradas, que criaram a própria ideia de Nordeste.

Durval se propõe, portanto, a um trabalho arqueológico e genealógico de descobrimento do Nordeste, de descrição de suas inúmeras histórias, estigmas, imagens que atuaram na instituição de sua história e que perdem sua intensidade e eficácia produtiva na era global. Trabalha no sentido da desconstrução foucaultiana dos discursos que deram visibilidade e que tornaram dizível a região nordestina, nos marcos da modernidade, definindo sua identidade, ou impondo seu atraso, como supostamente naturais e resultantes de difíceis condições geográficas e climáticas, dos efeitos da miscigenação da raça, da herança biológica dos antepassados, do predomínio do negros sobre os brancos, de uma natureza irrecuperável, perdida para sempre...

Leitor obstinado do filósofo Michel Foucault, mas também de Deleuze e Guattari, e não menos de Paul Veyne e Roger Chartier, o autor não apenas nos faz acompanhar passo a passo, ao longo de nosso século, a instituição cultural e social da região nordestina e dos próprios nordestinos. Instalando-se nas margens, enunciando ele mesmo um discurso de fronteiras, este historiador-filho-de-pai-nordestino-e-mãe-paulista, como informa na Introdução, não apenas nos põe em contato com as inúmeras fantasias sociais, culturais e científicas que definiram o Nordeste. Mostra como, no mesmo movimento, recortaram-no e designaram-no, na maior parte das vezes negativa e pejorativamente, como lugar do atraso, do rural e do passado persistente, valorizando em contrapartida o Sudeste e o Sul agilizados como espaços do progresso, da razão e do futuro. Nesse sentido, opera a destruição da ideia de Nordeste.

Para além desse inventário das diferenças, Durval pratica um novo modo de explicação histórica; inventa um outro modo de produção historiográfica, preocupado em romper com a lógica identitária e encontrar a diferença lá onde ela se aloja, decifrando suas próprias condições de

possibilidade, decodificando suas regras enunciativas. Ao contrário dos “inventores do Nordeste”, conhecedor de suas próprias regras de construção discursiva, sabe a que vem e que efeitos quer produzir. Expliquemos por partes.

Apenas se iniciam, no Brasil, os estudos que problematizam a produção histórica e cultural de uma região geográfica, a partir da construção de sua identidade enquanto alteridade, a exemplo do excelente livro *Orientalismo*, de Edward Said. Diferentemente das explicações tradicionais que orientaram os estudos históricos, trata-se, aqui, de libertar-se de várias crenças teóricas, como a determinação dos diferentes níveis da realidade objetiva, a aposta no sujeito único, racional e universal; a crença na transparência do real e na ideia do documento como reflexo da coisa, signo do referente. Assim, a aposta positivista na hierarquia dos níveis de estruturação social cede lugar a uma concepção em que o autor integra as múltiplas dimensões que compõem a atividade humana. Longe da análise das “condições objetivas”, supõe que a subjetividade é uma dimensão fundamental na construção das relações sociais e que, nesse sentido, estas são tanto relações de poder quanto emanções de afetos, de sentimentos, de vontade. Escapando de uma análise centrada na figura do Sujeito, personagem acabado, situado nos bastidores da História, aqui se assume que também os atores são efeitos das práticas discursivas e não-discursivas que os integram na cultura e na instituição do social e que, portanto, em muitos momentos, devem ser eles mesmos explicados mais do que ser fonte de toda interpretação verdadeira.

A análise arqueo-genealógica inspirada em Foucault permite, então, perceber as relações de força que atravessam os discursos instituintes da ideia de Nordeste enquanto um espaço natural; possibilita percebê-los na dimensão de práticas discursivas, que o recortam, classificam, definem, o incluem na História, simultaneamente excluindo-o da Cultura e da Civilização. O Nordeste pode existir a partir de um momento histórico e de um enquadramento que o localiza e aprisiona em um lugar outro, nem sempre vantajoso. Em outros termos, Durval denuncia os mecanismos insidiosos do poder presentes nas configurações discursivas e envolvidos numa negociação em que se paga um alto preço por uma forma particular

de nascimento, que implica simultaneamente em aceitação e rejeição, em incorporação e exclusão.

Este estudo não se reduz, porém, a uma história de acusações e culpabilizações, especialmente de uma classe sobre outra, mas propõe-se como uma história de denúncia, que não desconhece, por sua vez, a existência das enormes diferenças sociais no país. Trata-se, nesse sentido, de uma história política, mas na qual a política se desenha a partir de formas e jogos sofisticados e sutis, poucas vezes percebidos e que o autor sabe ler nos enunciados discursivos estrategicamente construídos e agenciados. Nesta história política, os nordestinos não são vitimizados, o que suporia repor todo o imaginário preconceituoso que se quer denunciar e implodir. Eles aparecem também como partícipes da construção cultural do Nordeste, na medida em que se subjetivam enquanto “nordestinos”, ou seja, a partir de todas as referências sociais que de fora ou de dentro foram estabelecidas, para o bem ou para o mal. Novamente, o conceito de subjetivação, desenvolvido por Foucault em seus últimos estudos, permite-lhe perceber como os próprios nordestinos constroem uma identidade que não é natural, nem essencial, como enfim eles se “nordestinizam”, ao mesmo tempo em que são “nordestinizados”, instalando-se na dicotomia binária que opõe Nordeste e Sudeste, improdutivos e trabalhadores, rural e urbano, atraso e progresso, pobreza e riqueza.

Portanto, é um livro de História duplamente pioneiro: de um lado, pelo tema que elege e que se enuncia pela primeira vez, que dá visibilidade à questão, que inaugura a problemática: *a invenção do Nordeste*. De outro, pelo modo de produção historiográfica que propõe. As referências teóricas que informam este estudo, sem dúvida, se colocam como um grande desafio, pois demandam e inauguram novas práticas do fazer a História. Forçam a repensar a atividade do historiador e sua relação com o passado. Desestabilizam antigas convicções teóricas e políticas. Obrigam a nos darmos conta de que vivemos um movimento de desidentificação com a memória nacional e regional, como diria Pierre Nora, uma profunda sensação de perda e de estranhamento diante de uma tradição em que já não nos reconhecemos, que já não nos diz, que deixou de ser transmitida naturalmente e da qual não nos sentimos mais portadores. Novamente

como “uns desterrados em sua própria terra”, na feliz expressão de Sérgio Buarque de Holanda, mas desta vez visando borrar e desmanchar os espaços psíquicos e as referências emocionais em que fomos alocados.

Diferentemente de uma História Social, este trabalho inscreve-se como uma História Cultural do Nordeste, desfazendo noções essencialistas que instauram a região nordestina no campo fixo e irrecuperável da Natureza e que a localizam hierarquicamente em relação ao Sudeste e ao Sul do país. Nesse sentido, é ainda um livro essencialmente político, que denuncia múltiplas e sofisticadas formas de exclusão social e cultural: não aquelas exercidas pelas ações e ideologias de sujeitos históricos racionais, definidas em função de suas específicas inserções no quadro das relações produtivas, mas as dos inúmeros mecanismos construídos culturalmente, das tecnologias disciplinares, das estratégias invisíveis e moleculares do poder no campo discursivo, que nos capturam, através das quais somos falados, sem que muitas vezes percebamos suas redes e armadilhas. Está em jogo, aqui, uma crítica do discurso da modernidade, da ciência que se diz progresso na maneira pela qual define e institui o Nordeste; uma crítica da historiografia que se pretende reveladora, desveladora, e que não se percebe limitada por uma leitura inconsciente do real como transparência. Duplamente contestador, duplamente irreverente, este livro desfaz explosivamente o Nordeste, entendendo com Foucault, “que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar”.

Seria o caso de se perguntar, para finalizar, o que está em jogo na “destruição” proposta pelo autor. “*Não quer este trabalho defender o Nordeste, mas atacá-lo; ele não quer sua salvação, mas sua dissolução...*”, explica ao final do livro. Várias vezes, Durval se refere ao seu profundo amor pela terra natal e, várias vezes, percebemos que o impulso que o move advém da paixão. Então, por que afirma que não quer salvar o Nordeste, por que não quer salvar os nordestinos? Sugiro que o leitor vá direto às fontes, procurando as respostas nas páginas deste livro. De qualquer forma, posso adiantar um pouco e indicar que nele se encontra, também, uma proposta política libertária e radical: a de deslegitimar a tradição, de detonar o passado para “complicar” a região, investindo-a a partir de novos olhares e de novas potencialidades. “*Se o Nordeste foi inventado para ser este espaço*

de barragem da mudança, da modernidade, é preciso destruí-lo para poder dar lugar a novas espacialidades de poder e de saber”, recriá-lo diferentemente, livre das pesadas heranças do passado, sem estigmas, sem preconceitos, por si só, “em nome do amor aos homens, que ainda não nos deixa em dúvida...”. Com amor e com humor.

São Paulo, 20 de novembro de 1996

Margareth Rago

Paulo Prado. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo, s. ed., 1928.

Edward Said. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 26 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982, p. 3.

Michel Foucault. Nietzsche, a genealogia e a história, in *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Apresentação à 4ª edição

Invenção, invenções

(...) o lugar provisório do intelectual é o domínio de uma arte exigente, resistente, intransigente, na qual, lamentavelmente, ninguém pode se refugiar, nem buscar soluções. Mas apenas nesse exílio precário é possível compreender de fato a dificuldade do que não pode ser compreendido, e continuar a seguir em frente mesmo assim.

Edward W. Said

Uma nota *pessoal*

Era manhã já alta, quase meio dia, quando eu encontrei com Durval Muniz, no meio da rua. Eu era aluno do curso de História da então UFPB, hoje UFCG, no qual ele era professor e já nos conhecíamos razoavelmente. Nossos caminhos então se cruzaram por acaso: eu ia à faculdade e ele ia para casa, ou era o contrário. Paramos para conversar um instante e ele me disse, não sem certa sofreguidão, que naquele dia havia terminado de ler Graciliano Ramos. Era um dos movimentos de sua pesquisa de doutorado, e não seria o último; ainda seriam lidos outros grandes blocos de textos, conforme ele me disse. Não tenho como saber o que conversamos

mais, mas sei que em seguida tomamos rapidamente nossos rumos — e sei também que, desde aquele dia, eu não paro de me espantar com a capacidade de trabalho deste autor.

Capacidade de trabalho que pude verificar de perto em inúmeras outras ocasiões, como aluno, como orientando, como colega de departamento, como subordinado administrativamente, como observador de sua rotina de pesquisador e de escritor. Não conheço outro leitor tão faminto, nem tão satisfeito consigo mesmo. Vasculha arquivos e bibliotecas como quem não vê outra coisa a fazer (e sei que, no entanto, ele atua em inúmeras outras frentes), registrando, anotando, pensando. Ter guardado na memória a alegria e a sensação de cumprimento da meta que ele expressava ao me dizer que havia lido Graciliano Ramos, e que muito mais o esperava, é apenas um sintoma, em mim, do modo como sinto a presença de Durval: alguém que define muito de si pelo que faz nos campos e canteiros do seu ofício de eleição, e que procura cumprir tudo com rigor, cuidado e muito prazer. Muito prazer.

Isso acaba por atravessar seus textos. Desde os títulos, passando pelas epígrafes, indo aos relatos, às análises, à relação com as fontes e com a literatura de apoio, a escrita de Durval Muniz parece se organizar em torno da ideia de que a sua feitura e a sua fruição se dão e devem se dar com disciplina, mas, sempre, como uma frequência dos mistérios gozosos do nosso ofício. A *sua* operação historiográfica é uma mescla de concentração e gargalhadas; ali não se encontra nenhum ar de corveia, de palavras arrumadas contra a vontade, de burocracia. A sensação que me atravessa como seu leitor, é a de quem frequenta um pensamento tornado possível pelo riso — pelo riso da alegria, da surpresa, do encontro, bem entendido; não do riso malvado do aniquilamento do outro, não do riso que deriva da crítica maldosa face à suposta falta constitutiva do outro. Durval Muniz não ri nem faz rir a não ser do que, tornando-se risível, fortalece o pensamento, empresta brilho à vida, desloca as certezas e permite a emergência de novos olhares, de novas palavras, de novas verdades sobre o vivido e o por viver.

A leitura do seu livro primeiro, *A invenção do Nordeste e outras artes*, me suscita tais ideias e impressões. Aquele volume me lembra disso que

acabei de mencionar: a alegria do seu autor, a sua condição de resultado de um trabalho duro, mas realizado com prazer, a atualização sob a forma de um impresso de uma erótica do saber e do viver que se espalha desde ali por órbitas que se expandem e se multiplicam.

Isso é o que me vem à mente, ao pensar naquela publicação, e é do que tratarei aqui.

Pensar o pensamento

Com a publicação, em livro, da sua tese de doutorado em história, Durval Muniz de Albuquerque Júnior teve reorientada a sua condição de *autor*. Ele já havia, até então, escrito os seus trabalhos acadêmicos e já tivera mais de uma dúzia de artigos incluídos em periódicos diversos; a edição de *A invenção do Nordeste e outras artes*, entretanto, fez enorme diferença na sua carreira. A partir dali, graças à repercussão do livro, Durval Muniz viu abertas à sua frente possibilidades de publicação e de exposição inauditas e intensas. Multiplicaram-se os convites para que ele falasse e escrevesse sobre o Nordeste (o que ainda ocorre hoje). O livro multiplicou-se, dispersou-se, transformou-se num acontecimento que permitiu outros acontecimentos.

Esta a primeira questão a que desejo dar visibilidade: um livro, quando é o primeiro, e quando emerge como este, como uma ruptura, contribui para a redefinição do rosto de quem carrega consigo o nome *do autor*. Aquela pessoa, antes descrita com outros termos, torna-se quase siamesa do volume impresso: chamam-na continuamente para dizer de novo, ainda uma vez mais, o que já foi dito, reatualizando a pronúncia primeira. Esta, por seu turno, se desloca em relação a si mesma, desliza, enfronha-se pelo mundo e se compromete com a invenção de novos sentidos. Não foi diferente com o *autor* Durval Muniz, que se transformou num historiador ainda mais loquaz do que o que sempre foi, a partir da edição de *A invenção do Nordeste*, mas que não se repete, conseguindo permanentemente diferir, ainda que pareça estar compondo variações sobre

um mesmo tema, o que tem afetado um variado e crescente conjunto de outros leitores-autores.

E disso decorre o segundo ponto que desejo destacar. Não só a autoria de Durval Muniz emergiu na cena do pensamento social brasileiro desde ali. Ao contrário, *A invenção do Nordeste* pode ser vista, também, como a inauguração de uma série de interlocuções do seu *autor* com outras pessoas, desejosas, elas, também, da escrita dos seus próprios textos. Assim, como professor, mentor ou orientador Durval Muniz tem visto, nos últimos dez anos, a proliferação de trabalhos, acadêmicos ou não, que de algum modo tangenciam e reverberam as ideias articuladas na sua tese e no seu livro. Ao seu redor circulam ouvintes e leitores atentos, tão encantados com o que ouvem e leem quanto estimulados a alçar os seus próprios experimentos do pensar. Durval Muniz, o *autor* de *A invenção do Nordeste* pode ser visto como responsável, enfim, pela formação de uma quase família historiográfica (e sociológica, e artística), marcada pela aproximação plástica em relação às suas ideias.

Aos que apreciam a quantificação, a consulta ao seu Currículo na Plataforma Lattes informa que, desde 1999, ano da primeira edição do seu livro, ele contabilizou sete orientações de iniciação científica, trinta orientações de trabalhos de conclusão de curso de graduação, vinte e seis orientações de mestrado e treze orientações de doutorado. Isso para falar, apenas, nos trabalhos já concluídos. Em todos, e falo não apenas com base na minha própria experiência, mas, principalmente, por conviver com uma parcela razoável de seus orientandos, Durval Muniz contribuiu com referências temáticas e metodológicas fundamentais, sem, no entanto, podar as experimentações dos seus alunos. A ele não interessa a produção de uma vulgata a partir de sua própria obra; ao contrário, o que lhe seduz é pensar em si próprio — na sua condição de *autor* — como *uma* condição de possibilidade de pensamentos outros, válidos por sua beleza singular, por sua ousadia única.

Cabe lembrar, ainda, que muitos dos (ex-)orientandos de Durval Muniz têm alcançado algum destaque acadêmico, ora publicando trabalhos em periódicos e/ou anais de eventos, ora atuando como docentes no ensino das ciências sociais e humanas, em seus variados níveis. Aí também

eles têm oportunidades de fazer menção à obra pioneira de seu mentor, o que acaba por estabelecer outro canal de difusão da obra.

Tantos, e tão variados, acorrem ao seu olhar e à sua orientação, entre outras razões, porque é sabido, no meio historiográfico, o quanto a produção daquele *autor* promoveu um deslocamento no campo historiográfico — na medida em que outras questões foram colocadas, novos modos de se construir as fontes e as metodologias de análise foram experimentados e novas palavras foram ditas sobre o Nordeste e sobre outros recortes espaciais. Porque este talvez seja o maior legado do seu *A invenção do Nordeste*, e é a última questão de que me ocupo aqui.

Ao propor uma história do Nordeste, campo já percorrido por um razoável número de autores, Durval Muniz correu o risco, como sabem seus leitores, de frequentar e, no limite, repercutir uma historiografia que, apesar de seus méritos, pouco ia além da repetição de um mesmo relato. Mas a pergunta que moveu o seu estudo lhe permitiu tomar distância disso, na medida em que não lhe pareceu interessante escrever a história do Nordeste como uma sucessão de eventos encadeados sabe-se lá por qual racionalidade, mas, ao contrário, lhe seduziu a possibilidade de historicizar a própria prática de espacialização que empresta(va) sentido à ideia de Nordeste. Aí estava o ponto-chave que tornaria realizável compor a história dos modos pelos quais, ao longo de certa temporalidade, o Nordeste fez-se a si mesmo — e, o que não é menos importante, uma exploração de um rol heterogêneo de efeitos daquela invenção. Assim se fez a obra, como um estudo de história: o mapeamento das forças, a descrição dos seus entrelaçamentos, o inventário das diferenças que elas implicaram, permitiram, inventaram.

Para dar conta da missão que se colocou, Durval Muniz se valeu dos ritos mesmos da operação historiográfica, tais como propostos a partir da interlocução com autores variados, entre os quais se sobressaiu o nome de Michel Foucault. Mas, longe de capturar fragmentos de fontes que se encaixassem nas grandes linhas sugeridas para uma questão como a sua por Foucault, ou por qualquer outro *teórico*, entretanto, Durval Muniz procurou em todos os momentos cruzar fontes e literatura de apoio, produzindo assim efeitos de verdade e não efeitos de opinião. Quanto a

isso cabe ressaltar o volume impressionante de materiais compulsados na pesquisa. Hoje, quando consulto o livro, ainda me surpreendo, juntamente com meus alunos, com a amplitude do *corpus* e com a sua multiplicidade. E, tanto quanto isso, nós nos vemos às voltas com uma sincera admiração com o olhar meticuloso que foi vertido por sobre aquilo tudo, o qual é apresentado na Introdução do livro e praticado por todas as suas páginas, numa demonstração inequívoca da condição do *autor* de prometer e cumprir o seu gesto de historiador.

Porque aí se encerra uma lição. Se cabe ao historiador propor novas questões, ou seja, estabelecer as condições de possibilidade de reinventar o passado por meio de sua escritura, é também parte do seu ofício transitar entre as fontes munido das regras do ofício, sabendo ajustá-las entretanto ao novo que se anuncia no estudo. E *A invenção do Nordeste* me parece um caso exemplar de tal movimento. Obra que desloca o Nordeste em relação a si mesmo, que permite à região e aos seus personagens uma nova experimentação de si, este livro foi construído mediante uma expedição monumental por sobre e por entre os destroços de um passado que há muito não se permitia novos rostos. Dali em diante, muitas derivas se tornariam palpáveis, sonháveis, realizáveis; muitos nordestes se apresentariam à cena de história, como sonhos a capturar, como heterotopias a experimentar. O Nordeste, implodido ao ser de público emprenhado de historicidade, não seria mais o mesmo, ao menos nos campos e canteiros da história.

Durval Muniz é o responsável, assim, por uma obra que não se vem reeditando à toa. Seu livro fez ver a todos nós, seus leitores, ainda uma vez mais, o quanto o que somos não é mais nem menos do que o resultado de nossa história. A partir da leitura de *A invenção do Nordeste* nós nos vimos na condição de pensadores da dimensão humana, demasiado humana do espaço, do tempo, das subjetividades, das corporalidades, do que chamamos arte, política, ciência. Somos, por ele, chamados a pensar na historicidade dos sentidos que emprestamos à vida e aos seus lugares, na fugacidade eventual das nossas tradições, na ambiguidade de nossas saudades e de nossas esperanças. Somos chamados, por ele, a amar o fogo e os enigmas da história, este saber que nos descentra, nos inquieta, nos

desmonta — e que nos seduz, que nos faz amar à vida e a nós mesmos, que nos ensina que, sempre, algo é possível.

Enfim...

Como diria Edward Said, interlocutor importante na construção de *A invenção do Nordeste*, cabe ao pensamento lembrar aos homens que muito da credibilidade de certas noções deriva apenas de sua repetição, e que os estereótipos e as categorias redutoras que emergem das verdades naturalizadas nos limitam ao invés de nos favorecer. Uma das mitologias mais resistentes — e, como sabemos, mais úteis na fabricação das guerras — diz respeito às identidades espaciais, no mais das vezes habilmente orquestradas para emprestar algum sentido de coesão a certas formações históricas que tramam a si mesmas a partir do desejo do aniquilamento do outro. O historiador, ensina Durval Muniz, é um pária em relação a estes espaços sacralizados, a estes lugares condenados à imobilidade e aos sentidos pretensamente eternos. Ele é um exilado dali: o seu território é móvel, instável, segue os humores da história. Seu chão é o palco de dramas nem sempre compreensíveis a todos, mas que, pelo brilho de sua beleza e pela estranheza de sua presença, permite que o mundo se reinvente a cada instante.

Não, Durval Muniz não inventou nada disso; ele *apenas* soube entender o que se passa(va) e soube dizer isso sob as regras de Clio; ele *apenas* soube, e vem sabendo, articular o seu pensar com pensares outros, num fluxo que é o do seu discurso e o do discurso alheio, num espraiamento às gargalhadas de uma forma de se fazer a história que, mais que nunca, nos tempos brutais que correm, é urgente ser conhecida, ecoada, respeitada.

Campina Grande, 20 de janeiro de 2009.

Alarcon Agra do Ó

Introdução

“Pelos mundos nossa lenda. Mesmo que nunca se aprenda. Eu te ensino a fazê renda. Que mais posso te ensinar. Eu que não porto outra prenda. Que só sei dar vida à trama vã.”

Tenda (Caetano Veloso)

Liguemos a televisão. Um “careca do ABC”, de aproximadamente 1,65m de altura, olha fixo para a câmera e dispara: “Você já viu um nordestino com 1,80m de altura e inteligente?”. O que ele se considerava, obviamente. Mudemos de canal. Em cidade nordestina, a pretexto de cobrir as festas juninas, dois humoristas procuram insistentemente por alguém que tivesse visto o cangaceiro Antônio Silvino; aproximam-se de um velho e à queima-roupa perguntam: “Antônio Silvino era cabra macho mesmo?”. Continuemos assistindo, pois é um programa de humor. Na feira da cidade ressurge Antônio Conselheiro, com um aspecto enlouquecido, vocifera uma pregação descontraída, vestido com um roupão branco e trazendo um enorme bordão de madeira, com que ameaça as pessoas. Esquecidos da cidade e da festa que vieram cobrir, procuram ceguinhas cantadoras de embolada e uma procissão em louvor a Santo Antônio. Termina o programa com Lampião e Maria Bonita, no Rio de Janeiro, atirando para todo lado, para acabar com a imoralidade na praia e porque é bom ver gente cair. Mudemos outra vez de canal. A novela das oito horas é mais uma vez sobre o “Nordeste”, pois lá estão presentes o coronel, muitos tiros e tocaias, o padre, a cidadezinha do interior e todos

os personagens falam “nordestino”, uma língua formada por um sotaque postigo e acentuado e um conjunto de expressões pouco usuais, saídas do português arcaico, de uma determinada linguagem local ou de dicionários de expressões folclóricas, de preferência. Mudemos de canal, à procura do noticiário. Está havendo seca no Nordeste. Que bom, temos a terra gretada para mostrar, a caatinga seca com seus espinhos e crianças brincando com ossinhos, como se fossem bois, chorando de fome, dá até para o repórter chorar também e quem sabe promover mais uma campanha eletrônica de solidariedade. É, parece que a nossa escritora, defensora da “nordestinidade”, Rachel de Queiroz, tem razão: a mídia tem o olho torto quando se trata de mostrar o “Nordeste”, pois eles só querem miséria. Mas será que nossa escritora tem mesmo razão?¹

O que podemos encontrar de comum entre todos os discursos, vozes e imagens que acabamos de arrolar, é a estratégia da estereotipização. O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo.²

Podemos, então, concordar com nossa escritora quando afirma que a mídia não vê o Nordeste como ele é? Não, porque isso seria pleitear a existência de uma verdade para o Nordeste, que não existe. É esquecer que o estereótipo não é apenas um olhar ou uma fala torta, mentirosa. O estereótipo é um olhar e uma fala produtiva, ele tem uma dimensão concreta, porque, além de lançar mão de matérias e formas de expressão do sublunar, ele se materializa ao ser subjetivado por quem é estereotipado, ao criar uma realidade para o que toma como objeto. Não podemos cair, como faz nossa escritora, no discurso da discriminação do Nordeste e dos nordestinos. O que este livro interroga não é apenas por que o Nordeste e o nordestino são discriminados, marginalizados e estereotipados pela produção cultural do país e pelos habitantes de outras áreas, mas ele investiga por que há quase noventa anos dizemos que somos discriminados

com tanta seriedade e indignação. Por que dizemos com exaltação e rancor que somos esquecidos, que somos menosprezados e vítimas da história do país? Que mecanismos de poder e saber nos incitam a colocarmo-nos sempre no lugar de vítimas, de colonizados, de miseráveis física e espiritualmente? Como, por meio de nossas práticas discursivas, reproduzimos um dispositivo de poder que nos reserva o lugar de pedintes lamurientos, produzimos e reproduzimos um saber em que sentimos prazer de dizer e mostrar que somos pobres coitados? Que masoquismo é esse que faz nos orgulharmos dessa discriminação, que faz aceitarmos felizes o lugar de derrotados, de vencidos? E, principalmente, o que leva uma classe dominante a se deleitar em afirmar sua impotência e se assumir como subordinada e dependente?

O Nordeste e o nordestino miserável, seja na mídia ou fora dela, não são produto de um desvio de olhar ou fala, de um desvio no funcionamento do sistema de poder, mas inerentes a este sistema de forças e dele constitutivo. O próprio Nordeste e os nordestinos são invenções destas determinadas relações de poder e do saber a elas correspondente. Não se combate a discriminação simplesmente tentando inverter de direção o discurso discriminatório. Não é procurando mostrar quem mente e quem diz a verdade, pois se passa a formular um discurso que parte da premissa de que o discriminado tem uma verdade a ser revelada. Assumir a “nordestinidade”, como quer Rachel, e pedir aos sulistas que revejam seu discurso sobre o nordestino, porque ele é errado, por ter nascido de um desconhecimento do nordestino verdadeiro, vai apenas ler o discurso da discriminação com o sinal trocado, mas a ele permanecer preso. Tentar superar este discurso, estes estereótipos imagéticos e discursivos acerca do Nordeste, passa pela procura das relações de poder e de saber que produziram estas imagens e estes enunciados clichês, que inventaram este Nordeste e estes nordestinos. Pois tanto o discriminado como o discriminador são produtos de efeitos de verdade, emersos de uma luta e mostram os rastros dela.³

Nós, os nordestinos, costumamos nos colocar como os constantemente derrotados, como o outro lado do poder do Sul, que nos oprime, discrimina e explora. Ora, não existe esta exterioridade às relações de

poder que circulam no país, porque nós também estamos no poder, por isso devemos suspeitar que somos agentes de nossa própria discriminação, opressão ou exploração. Elas não são impostas de fora, elas passam por nós. Longe de sermos seu outro lado, ponto de barragem, somos ponto de apoio, de flexão. A resistência que podemos exercer é dentro desta própria rede de poder, não fora dela, com seu desabamento completo. O que podemos provocar são deslocamentos do poder que nos impõem um determinado lugar, que reserva para nós um certo espaço, que foi estabelecido historicamente, portanto, em movimento. Até que ponto a melhor forma de provocar um deslocamento nesse dispositivo e nesse saber é nos postarmos como o outro do poder, assumir a posição de sujeito vencido e discriminado? Não seria melhor se negar a ocupar este lugar?⁴

Mas a grande questão é: existe realmente este nós, esta identidade nordestina? Existe realmente esta nossa verdade, que os estereótipos do cabeça-chata, do baiano, do paraíba, do nordestino, buscam traduzir? O Nordeste existe como essa unidade e essa homogeneidade imagética e discursiva propalada pela mídia, e que incomoda a quem mora na própria região? Se existe, desde quando? *O que faremos neste texto é a história da emergência de um objeto de saber e de um espaço de poder: a região Nordeste.* Buscaremos estudar a formação histórica de um preconceito, e isto não significa previamente nenhum sentido pejorativo. O que queremos estudar é como se formulou um arquivo de imagens e enunciados, um estoque de “verdades”, uma visibilidade e uma dizibilidade do Nordeste, que direcionam comportamentos e atitudes em relação ao nordestino e dirigem, inclusive, o olhar e a fala da mídia. Como a própria ideia de Nordeste e nordestino impõe uma dada forma de abordagem imagética e discursiva, para falar e mostrar a “verdadeira” região.⁵

Trata-se de pensar como a região se tornou uma problemática, que práticas discursivas e não-discursivas fizeram esta questão emergir e a constituíram como objeto para o pensamento. Como emergiram estas questões prementes às quais se devia dar uma resposta: O que é a região? Qual sua identidade? O que particulariza e individualiza o Nordeste? Esse livro pretende levantar as condições históricas de possibilidade dos vários discursos e práticas que deram origem ao recorte espacial Nordes-

te. Longe de considerar esta região como inscrita na natureza, definida geograficamente ou regionalizada “pelo desenvolvimento do capitalismo, com a regionalização das relações de produção”, que é outra forma de naturalização, ele busca pensar o Nordeste como uma identidade espacial, construída em um preciso momento histórico, final da primeira década do século passado e na segunda década, como produto do entrecruzamento de práticas e discursos “regionalistas”. Esta formulação, Nordeste, dar-se-á a partir do agrupamento conceitual de uma série de experiências, erigidas como caracterizadoras deste espaço e de uma identidade regional. Essas experiências históricas serão agrupadas, fundadas num discurso teórico que pretende ser o conhecimento da região em sua essência, em seus traços definidores, e que articula uma dispersão de experiências cotidianas, sejam dos vencedores, sejam dos vencidos, com fragmentos de memórias de situações passadas, que são tomadas como prenunciadoras do momento que se vive, de “ápice da consciência regional”.⁶

O nosso objetivo é entender alguns caminhos por meio dos quais se produziu, no âmbito da cultura brasileira, o Nordeste. O nexos de conhecimento e poder que cria o nordestino e, ao mesmo tempo, o oblitera como ser humano. O Nordeste não é recortado só como unidade econômica, política ou geográfica, mas, primordialmente, como um campo de estudos e produção cultural, baseado numa pseudo-unidade cultural, geográfica e étnica. O Nordeste nasce onde se encontram poder e linguagem, onde se dá a produção imagética e textual da espacialização das relações de poder. Entendamos por espacialidade as percepções espaciais que habitam o campo da linguagem e se relacionam diretamente com um campo de forças que as institui. Neste trabalho, o geográfico, o linguístico e o histórico se encontram, porque buscamos analisar as diversas linguagens que, ao longo de um dado processo histórico, construíram uma geografia, uma distribuição espacial dos sentidos. É preciso, para isso, rompermos com as transparências dos espaços e das linguagens, pensarmos as espacialidades como acúmulo de camadas discursivas e de práticas sociais, trabalharmos nessa região em que linguagem (discurso) e espaço (objeto histórico) se encontram, em que a história destrói as determinações naturais, em que o tempo dá ao espaço sua maleabilidade, sua variabilidade, seu valor explicativo e, mais ainda, seu calor e efeitos de verdade humanos.⁷

Não podemos esquecer que *dis-cursus* é, originalmente, a ação de correr para todo lado, são idas e vindas, *démarches*, intrigas e que os espaços são áreas reticulares, tramas, retramas, redes, desredes de imagens e falas tecidas nas relações sociais. As diversas formas de linguagem, consideradas neste trabalho, como a literatura, o cinema, a música, a pintura, o teatro, a produção acadêmica, o são como ações, práticas inseparáveis de uma instituição. Estas linguagens não apenas representam o real, mas instituem reais. Os discursos não se enunciam, a partir de um espaço objetivamente determinado do exterior, são eles próprios que inscrevem seus espaços, que os produzem e os pressupõem para se legitimarem. O discurso regionalista não é emitido, a partir de uma região objetivamente exterior a si, é na sua própria locução que esta região é encenada, produzida e pressuposta. Ela é parte da topografia do discurso, de sua instituição. Todo discurso precisa medir e demarcar um espaço de onde se enuncia. Antes de inventar o regionalismo, as regiões são produtos deste discurso. Este trabalho tematiza, pois, o estabelecimento de uma nova forma de dizer e ver o regional, que abre caminho para novas formas de sentir e de conhecer. Estas novas formas de ver e dizer estão relacionadas, portanto, com outras séries de práticas, desde as econômicas, as sociais, as políticas, até as artísticas, que não estabelecem entre si qualquer determinação, apenas se conectam, se afastam ou se aproximam, formando uma teia de práticas discursivas ou não-discursivas; relações de força e de sentido, que, seguindo Foucault, chamaremos de dispositivo, para ressaltar seu caráter estratégico.⁸

Quando falamos na emergência de uma nova visibilidade e dizibilidade, falamos da emergência de novos conceitos, novos temas, novos objetos, figuras, imagens, que permitem ver e falar de forma diferenciada da forma como se via e dizia o sublunar, anteriormente. Que permitem organizá-lo de uma nova forma, que colocam novos problemas, que, por sua vez, iluminam este sublunar com novos focos de luz, que iluminam outras dimensões da trama histórica, da rede de relações que compõem a trama do espaço. Tanto na visibilidade quanto na dizibilidade articulam-se o pensar o espaço e o produzir o espaço, as práticas discursivas e as não-discursivas que recortam e produzem as espacialidades e o diagrama de forças

que as cartografam. *Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza.* O Nordeste é tomado, neste texto, como invenção, pela repetição regular de determinados enunciados, que são tidos como definidores do caráter da região e de seu povo, que falam de sua verdade mais interior. Uma espacialidade, pois, que está sujeita ao movimento pendular de destruição/construção, contrariando a imagem de eternidade que sempre se associa ao espaço. Nossa preocupação com o poder não implica, no entanto, uma análise do que está oculto sob os textos ou imagens, mas, ao contrário, do que elas criam em sua exterioridade e da própria diferença com que descrevem. Não tomamos os discursos como documentos de uma verdade sobre a região, mas como monumentos de sua construção. Em vez de buscar uma continuidade histórica para a identidade de nordestino e para o recorte espacial Nordeste, este livro busca suspeitar destas continuidades, pondo em questão as identidades e fronteiras fixas, introduzindo a dúvida sobre estes objetos históricos canonizados.⁹

Em nenhum momento, as fronteiras e territórios regionais podem se situar num plano a-histórico, porque são criações eminentemente históricas e esta dimensão histórica é multiforme, dependendo de que perspectiva de espaço se coloca em foco, se visualizado como espaço econômico, político, jurídico ou cultural, ou seja, o espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes. Além disso, devemos tomar as relações espaciais como relações políticas e os discursos sobre o espaço como o discurso da política dos espaços, resgatando para a política e para a história, o que nos aparece como natural, como nossas fronteiras espaciais, nossas regiões. O espaço não preexiste a uma sociedade que o encarna. É através das práticas que estes recortes permanecem ou mudam de identidade, que dão lugar à diferença; é nelas que as totalidades se fracionam, que as partes não se mostram desde sempre comprometidas com o todo, sendo este todo uma invenção a partir destes fragmentos, no qual o heterogêneo e o descontínuo aparecem como homogêneo e contínuo, em que o espaço é um quadro definido por algumas pinceladas.¹⁰

A noção de região, antes de remeter à geografia, remete a uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de *regere*, comandar). Longe de nos aproximar de uma divisão natural do espaço ou mesmo de um recorte do espaço econômico ou de produção, a região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização; ela remete a uma visão estratégica do espaço, ao seu esquadramento, ao seu recorte e à sua análise, que produz saber. Ela é uma noção que nos envia a um espaço sob domínio, comandado. Ela remete, em última instância, a *regio* (rei). Ela nos põe diante de uma política de saber, de um recorte espacial das relações de poder. Pode-se dizer que ela é um ponto de concentração de relações que procuram traçar uma linha divisória entre elas e o vasto campo do diagrama de forças operantes num dado espaço. Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. A regionalização das relações de poder pode vir acompanhada de outros processos de regionalização, como o de produção, o das relações de trabalho e o das práticas culturais, mas estas não determinam sua emergência. *A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço.* Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é o botim de uma guerra.¹¹

Trata-se, neste livro, de desnaturalizar a região, de problematizar a sua invenção, de buscar a sua historicidade, no campo das práticas e discursos. Tentar fazer com que este espaço cristalizado estremeça, rache, mostrando a mobilidade de seu solo, as forças tectônicas que habitam seu interior, que não permitem que a vejamos como efeito da sedimentação lenta e permanente de camadas naturais ou culturais, buscando apreender os terremotos no campo das práticas e dos discursos, que recortam novas espacialidades, cartografam novas topologias, que deixam vir à tona, pelas rachaduras que provocam, novos elementos, novos magmas, que se cristalizam e dão origem a novos territórios. Longe de ver a região como um terreno firme, em que se pode apoiar o ferver, o movimento

da história, mostrá-la também como solo movente, pântano que se mexe com a história e a faz mexer, que traga e é tragado pela historicidade.¹²

A região não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder. Suas fronteiras são móveis e o Estado pode ser chamado ou não a colaborar na sua sedimentação. O Estado é, na verdade, um campo de luta privilegiado para as disputas regionais. Ele não demarca os limites político-institucionais das regiões, mas pode vir a legitimar ou não estas demarcações que emergem nas lutas sociais.

Este livro é mais uma história de conceitos, de temas, de estratégias, de imagens e de enunciados, do que de homens. Claro que estes estão presentes, como uma condição de possibilidade destas mudanças conceituais acontecerem, além de que esta história afeta tanto estes conceitos quanto estes homens, que veem seu solo epistemológico se mover, que veem sua visibilidade abrir-se para novos horizontes e sua linguagem ter acesso a novos enunciados, para falar do mundo e compor o real. Este trabalho é a história da luta em torno dos conceitos de nação e de região, em torno dos conceitos de cultura nacional, regional e internacional. É a história da luta, em torno da ideia de identidade nacional e regional, de identidade cultural. Foi em torno destas ideias mestras que emergiu, no Brasil, um conjunto de regras de enunciação que chamamos de *formação discursiva nacional-popular* e todo o dispositivo de poder que a sustentou, que chamamos de *dispositivo das nacionalidades*, em torno dos quais, por sua vez, se desenvolveu grande parte da história brasileira, entre as décadas de vinte e sessenta. O que fazemos é a história das práticas e enunciados que deram conformação a estas ideias, que lhes deram uma visibilidade e uma linguagem. Privilegamos, no entanto, neste debate, aquele que se trava especificamente em torno da ideia de Nordeste, como ele foi inventado, no cruzamento de práticas e discursos e os sucessivos deslocamentos que a imagem e o texto desta região sofreram, até a sua mais radical contestação com os tropicalistas, no final da década de sessenta. Buscamos perceber como determinados enunciados audiovisuais se produziram e se cristali-

zaram, como “representações” deste espaço regional, como sua essência. Perceber que rede de poder sustentou e é sustentada por essa identidade regional, por este saber sobre a região, saber estereotipado, que reserva a este espaço o lugar do gueto nas relações sociais em nível nacional, região que é preservada como elaboração imagético-discursiva como o lugar da periferia, da margem, nas relações econômicas e políticas no país, que transforma seus habitantes em marginais da cultura nacional.

Questionamos a própria ideia de identidade, que é vista por nós como uma repetição, uma semelhança de superfície, que possui no seu interior uma diferença fundante, uma batalha, uma luta, que é preciso ser explicitada. A identidade nacional ou regional é uma construção mental, são conceitos sintéticos e abstratos que procuram dar conta de uma generalização intelectual, de uma enorme variedade de experiências efetivas. Falar e ver a nação ou a região não é, a rigor, espelhar estas realidades, mas criá-las. São espaços que se institucionalizam, que ganham foro de verdade. Essas cristalizações de pretensas realidades objetivas nos fazem falta, porque aprendemos a viver por imagens. Nossos territórios existenciais são imagéticos. Eles nos chegam e são subjetivados por meio da educação, dos contatos sociais, dos hábitos, ou seja, da cultura, que nos faz pensar o real como totalizações abstratas. Por isso, a história se assemelha ao teatro, onde os atores, agentes da história, só podem criar à condição de se identificarem com figuras do passado, de representarem papéis, de vestirem máscaras, elaboradas permanentemente.¹³

Pretendemos, com este livro, questionar um olhar e uma fala regionalistas, que ora aparecem como um olhar e uma fala novos, surgidos recentemente, como querem fazer crer várias análises sobre os separatismos regionais que afloram com intensidade periodicamente no país, ora como formas de ver e falar que sempre existiram na história do país. Este trabalho busca perceber as inflexões ocorridas no discurso regionalista, mas particularmente no discurso nordestino, afirmando a sua novidade e seu caráter de descontinuidade na história brasileira. O regionalismo é muito mais do que uma ideologia de classe dominante de uma dada região. Ele se apoia em práticas regionalistas, na produção de uma sensibilidade regionalista, numa cultura, que são levadas a efeito e incor-

poradas por várias camadas da população e surge como elemento dos discursos destes vários segmentos. Por isso, procuramos nos afastar de fazer a chamada “História Regional”, porque esta, por mais que se diga crítica do regionalismo, do discurso regionalista, está presa ao seu campo de dizibilidade. Longe de constituir uma ruptura com esta dizibilidade, suas críticas são apenas deslocamentos no interior do próprio campo do regionalismo. Ao criticar o regionalismo, mas assumir a região como uma “proposição concreta”, como uma conscrição histórica, e fazer dela um referente fixo para seu discurso, de onde retira sua própria legitimação, esta História está presa à dizibilidade regionalista e à rede de poderes que sustenta a ideia de região como referencial válido para instituir um saber, um discurso histórico. A “História Regional” vem contribuir, sim, para colocar a ideia de região em outro patamar, legitimá-la, atribuir-lhe veracidade, dando a ela uma História, tentando lhe dar, inclusive, uma base material. Em vez de questionar a própria ideia de região e a teia de poder que a institui, ela questiona apenas determinadas elaborações da região, pretendendo encontrar a verdadeira.¹⁴

A “História Regional” participa da construção imagético-discursiva do espaço regional, como continuidade histórica. Ela padece do que podemos chamar de uma “ilusão referencial”, por dar estatuto histórico a um recorte espacial fixo, estático. Mesmo quando historiciza este espaço, valida-o como ponto de partida para recortar a historicidade. Ela faz uso de uma região “geográfica” para fundar uma região epistemológica no campo historiográfico, justificando-se como saber, pela necessidade de estabelecer uma história da origem desta identidade regional, afirmando a sua individualidade e sua homogeneidade. Por isso, o questionamento da região, como uma identidade fixa, passa pela crítica desta “História”, que participou desta cristalização identitária, e passa pela retirada das fronteiras do campo historiográfico. O nacional e o regional não são critérios de validação de uma produção historiográfica, não são referências pertinentes para fundar uma epistemologia. Uma história serial não se pode ater a estas divisões, visto que as séries históricas desconhecem estas fronteiras. A unidade que interessa ao historiador é a unidade de enredo,

de trama, não estas unidades identitárias forjadas no próprio processo histórico e que são elas também pluralidades de séries.¹⁵

O procedimento que preside a “História Regional”, o de definir uma região, um espaço geográfico ou um espaço de produção, como um *a priori*, que é anacronicamente remetido para antes de sua própria constituição, sendo transformado numa transcendência, naturalizado, não leva em conta o fato de que uma época ou um espaço não preexistem aos enunciados que os exprimem, nem às visibilidades que os preenchem. A “História Regional”, nesse sentido, pode ser vista como um modo de existir, como um modo de visão e estudo regularizado, dominado por perspectivas e imperativos ostensivamente adequados à reprodução do Nordeste. O Nordeste é pesquisado, ensinado, administrado e pronunciado de certos modos a não romper com o feixe imagético e discursivo que o sustenta, realimentando o poder das forças que o introduziu na cultura brasileira, na “consciência nacional” e na própria estrutura intelectual do país. A “História Regional” é produto de certas forças e atividades políticas, às vezes, antagonicas, mas que se encontram na reprodução dessa ideia de região. O Nordeste passou a ser, assim, objeto de uma tradição acadêmica que o ajuda a se atualizar.

O campo historiográfico, como campo de produção do saber, está recortado por relações de poder que incidem sobre o discurso historiográfico. Ele é a positividade de um lugar no qual o sujeito se articula, sem, no entanto, se reduzir a ele. Ele é produto de um lugar antes mesmo de o ser de um meio ou de um indivíduo. E é este lugar que deve ser questionado constantemente pelo especialista em história. A operação historiográfica deve se constituir também desta volta crítica sobre si mesma. A “História Regional” não faz este questionamento do lugar de produção do saber historiográfico. Os historiadores que trabalham com esta perspectiva aceitam participar da divisão entre história nacional (História do Brasil) e história regional (História do Nordeste), que além de significarem o estabelecimento de lugares hierarquicamente diferenciados no campo historiográfico, conectam-se e reproduzem as relações desiguais de poder entre as diferentes áreas do país; reproduzem uma subordinação,

no campo acadêmico, que diz da própria subordinação do espaço que representam em nível nacional.

Ao se colocarem como historiadores regionais, eles estariam reconhecendo sua incapacidade de fazer História do Brasil ou o caráter limitado desta produção? Por que os historiadores paulistas e, em menor número, os historiadores cariocas podem fazer história nacional e os das outras áreas apenas “História Regional”? Continuamos presos, assim, a uma hierarquia de saberes e de espaços que se definiu no início do século. Não é se colocando como vítimas do “imperialismo paulista” ou reivindicando o direito de também fazer História do Brasil que romperemos com o lugar que foi reservado para nós historiadores de outras áreas do país, nesta configuração de saber-poder. Não é também proliferando o número de “histórias regionais”, sempre que determinado grupo de historiadores se sente marginalizado no campo historiográfico, que conseguiremos romper com esta posição de inferioridade no campo historiográfico, mas sim se negando a ocupar estes lugares, questionando-os e reivindicando o direito de apenas produzir saber em história, sem mais adjetivos.

Utilizamos diversas fontes: desde o discurso acadêmico, passando pelas publicações em jornais de artigos ligados ao campo cultural, à produção literária e poética de romancistas e poetas nordestinos ou não, até músicas, filmes, peças teatrais, que tomaram o Nordeste por tema e o constituíram como objeto de conhecimento e de arte. As obras de arte são tomadas, neste trabalho, como discursos, como produtoras de realidade, já que como historiador não temos conhecimento específico destes vários campos que trilhamos. Este é o enorme risco que corremos e que procuramos suprir pela leitura de uma bibliografia especializada em cada área, procurando trazer as informações no campo da estética, sempre e somente quando julgamos que estas interessavam para a compreensão da problemática que estava em discussão. As obras de arte têm ressonância em todo o social. Elas são máquinas de produção de sentido e de significados. Elas funcionam proliferando o real, ultrapassando sua naturalização. São produtoras de uma dada sensibilidade e instauradoras de uma dada forma de ver e dizer a realidade. São máquinas históricas de saber.

Estas várias práticas discursivas foram, sempre que possível, cruzadas com práticas não-discursivas, sem que estabelecêssemos nenhuma espécie de hierarquia ou determinação entre elas. O que procuramos ver foi o nível de interferência destas muitas práticas, na instituição e no deslocamento da ideia de Nordeste, e a sua relação com a ideia de nação. Embora nos detenhamos em análises estéticas, já que não se pode separar forma de conteúdo, e a própria forma é significativa, nossa preocupação central foi tomar tais práticas culturais como produtoras de textos, imagens, sons, que formaram um agregado sensível em torno da ideia de Nordeste. Elas tornam possível ver-se e falar-se de Nordeste como uma materialidade, como uma identidade, como uma homogeneidade, ou, ao contrário, elas o contestam.

Talvez o leitor estranhe o fato de encontrar poucas citações textuais e a colocação de notas no final de praticamente todos os parágrafos e, só no seu final, além de encontrar poucas aspas, denotando citações alheias. Isto se deve ao método que adotamos: o de tomar estas fontes não como documento, nem como fonte de prova, mas tomá-las como material de trabalho, como monumentos a serem destruídos e reconstruídos, ou seja, construímos os parágrafos com enunciados e imagens retirados dos próprios textos em análise, tomando-os para nós, utilizando-os como nossos, pelo método de bricolagem e de torção, dessacralizando estas fontes, pondo estes enunciados para funcionarem de outro modo. O trabalho também não se prende a um dado sistema de pensamento, nem busca a coerência absoluta entre suas partes. A história é incoerência, lança mão de fragmentos de discurso, porque, longe de querer afirmar identidades discursivas, ela quer destruí-las. Não queremos construir sistemas discursivos, mas despedaçá-los, ordenando-os de outra forma. Os autores e artistas escolhidos para análise de suas obras o foram, à medida que se constituíram em grande emissores de signos, que deram textos e imagens à região. Por isso, pouco se levou em conta a trajetória de cada um como indivíduo, a não ser aquelas informações que tiveram ressonância em suas obras e interferiram nessa forma de ver e dizer a realidade regional.¹⁶

O que procuramos ressaltar foram as condições que se impuseram a estes sujeitos, que os introduziram e fizeram funcionar como tal em deter-

minado momento; como, ao mesmo tempo que inventavam o Nordeste, iam se inventando como sujeitos nordestinos. Procuramos vê-los como um nó, num rendilhado de séries históricas, como laçadas na variada rede de relações que atravessam o social. Não os consideramos como alguém que se colocasse fora da trama, da renda da história, para tecê-la com suas mãos e agulhas soberanas da consciência transcendental, mas os consideramos como alguém que tecesse uma rede de dentro dela mesma, como se fosse um dos seus fios, como um nó em que vários fios do processo histórico viessem a se encontrar. Tanto para se pensar a emergência do objeto Nordeste, como para se pensar a emergência dos sujeitos que tomaram este objeto como tema, tem de se estar atento ao fato de que o que permite a emergência de objetos e sujeitos históricos são as relações estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização, ou seja, uma dispersão de práticas e enunciados coexistentes, laterais, como fios soltos de diferentes cores que vão se encontrando em determinados pontos e vão dando origem a um desenho sem que para isso seja necessária a convergência de todos para o mesmo ponto; que todos estejam interligados. *A história aqui tecida, como uma renda, é feita de fios, nós, laçadas, mas também de lacunas, de buracos, que, no entanto, fazem parte do próprio desenho, são partes da própria trama.*¹⁷

O leitor pode achar estranho neste trabalho, também, o uso constante de metáforas e a não preocupação em definir rigorosamente os conceitos utilizados. Defendemos o ponto de vista de que os conceitos, em história, não podem ser passíveis de definição. Eles apenas servem para melhor configurar, tecer a urdidura do passado, já que não se pode definir nem esquematizar a trama histórica, porque o conceito em história é apenas um conector de uma série de eventos. As metáforas, por sua vez, não são sujeiras num discurso que se queria rigoroso e límpido. Elas funcionam no sentido de abrir o pensamento para a ambivalência, mostrando a sua androginia; no sentido de abrir o pensamento para novas relações, chegando ao mais abstrato, através do mais concreto. É a imagem a serviço do pensamento. As metáforas no discurso historiográfico podem servir mais do que os conceitos para dar conta das transformações e interações

do concreto. O conceito como abstração tende a estabelecer uma identidade e um ser que se dizem num só sentido. As metáforas nos permitem captar as mudanças de sentido desse ser e as diferenças em detrimento das identidades. Recorremos, pois, neste trabalho, a conceitos ou metáforas, dependendo do que nos possibilite melhor compreender a trama histórica que se está abordando; isso faz parte de nossa estratégia de narração.¹⁸

O uso de metáforas em história permite que esta não seja apenas representação, analogia de um real que serviria de referente, mas uma história produtora de sentido, de realidade. Elas desfazem os objetos familiares, com um golpe de força que é o trabalho do historiador. Neste discurso metafórico tudo significa e, no entanto, tudo é surpreendente. Elas forçam a pensar o diferente, destroem as familiaridades dos conceitos consagrados, surpreendem a seriedade do discurso acadêmico. Elas podem até fazer rir; e que descentramento maior em relação à verdade instituída do que uma gargalhada? As metáforas proliferam sentido, porque interiorizam diferenças. Elas são inseparáveis de uma história que se quer antropofágica, porque interrogam a relação entre dois objetos diferentes, ressaltando esta justaposição de contrários. As metáforas são risos dos conceitos, são dobras, dissonâncias, rompendo com o conceito como único lugar da verdade. Elas são formas de comunicar o “real” em sua complexidade de significação, que nos falam da impossibilidade do conhecimento do mundo somente por meio do conhecimento empírico ou conceitual, superando a relação direta entre sujeito e objeto, propondo, pois, uma nova “metodologia” de conquista da “realidade”.¹⁹

Buscaremos, sempre que possível, fazer a história dos próprios conceitos e categorias que emergiram em cada momento histórico aqui abordados, que fundamentaram a própria explicação do momento. Se questionamos os conceitos de identidade, cultura, civilização, nação, região, não abandonamos o seu uso, ao contrário, fizemos questão de utilizá-los para explicitar a que maquinaria discursiva pertencem, de que estratégias são peças. Entendemos que a crítica da linguagem, em história, se faz pelo uso dos conceitos emersos em cada época, conservando como instrumento aqueles conceitos cujo valor se critica, pondo-os para funcionar em novos sentidos, dando a eles novos lugares, fazendo bricolagens,

questionando a validade permanente destes. Não se pode fazer uma crítica à ideia de região permanecendo preso a esta armadilha de sentido que é o próprio conceito. Produzir o seu desgaste pelo uso revelador de seus limites é a única possibilidade. Tomar a própria ideia de região como invenção histórica, e não apenas a ideia de uma dada região. O que está por trás destas máscaras não é o rosto sério de uma origem verdadeira, mas o riso do disparate, da discórdia, do embate surdo que possibilitou a emergência de tais verdades. Ao se tomar, por exemplo, o capitalismo como causa única e determinante da regionalização, significa pressupor que, antes da região, existia uma unidade anterior que se dissolveu, quando, na verdade, tanto esta ideia da existência de uma unidade anterior, que seria a nação, como a ideia da regionalização posterior, são efeitos de relações discursivas que se estabelecem, por volta do início do século XIX, e se estendem até o nosso século.²⁰

Os documentos foram, antes de tudo, desierarquizados; não se fez diferença entre um filme, uma poesia, uma música ou um artigo de jornal, todos foram tomados como discursos produtores de realidade e, ao mesmo tempo, produzidos em determinadas condições históricas. Eles foram tomados como formas em debandada, materialidade do sonhado, como obras a serem fecundadas pela imaginação, retirados de sua cobertura de inocência. Tomaremos um quadro, um livro, um filme, para analisá-los, tão amorosamente quanto um canibal prepara para si um bebê. Não nos preocuparemos em usar os documentos como prova, mas como matérias de expressão, como material a ser trabalhado, despedaçado em sua inteireza de sentido. Queremos apenas problematizar o estatuto de verdade de cada um, levantando, ao mesmo tempo, o significado consagrado que este adquiriu, fazendo uso para isso de uma gama de comentadores, de críticos, de trabalhos acadêmicos, que consagraram um dado lugar para cada artista, para cada autor e sua obra e, a partir de então, tentaremos provocar um deslocamento nestas leituras consagradas, tomando-as para funcionar em outra estratégia discursiva. Não nos deteremos a fazer permanentemente uma crítica explícita à bibliografia utilizada. Esta crítica procuraremos deixar implícita, na própria forma como usamos o texto, com amor, humor e terror.

Dividi o livro em três capítulos: “Geografia em Ruínas”, “Espaços da Saudade” e “Territórios da Revolta”. No primeiro capítulo, acompanharemos as transformações históricas que possibilitaram a emergência da ideia de Nordeste, desde a emergência do dispositivo das nacionalidades, porque sem as nações é impossível se pensar as regiões, passando por uma mudança na sensibilidade social em relação ao espaço, à mudança da relação entre olhar e espaço trazido pela modernidade e pela sociabilidade burguesa, urbana e de massas. Estas mudanças permitem a emergência deste novo regionalismo, não mais provinciano no campo político e pitoresco no campo artístico, que possibilitou a invenção do Nordeste.

No segundo capítulo, abordaremos esta invenção regional; o surgimento do Nordeste como um novo recorte espacial no país, rompendo com a antiga dualidade Norte/Sul, estabelecendo uma redistribuição das espacialidades no país, que acompanhava, por sua vez, as próprias redefinições na estrutura de forças sociais no âmbito nacional, com a crise da sociabilidade pré-industrial e o desenvolvimento de códigos burgueses, notadamente, nas cidades. A desterritorialização das forças sociais do Norte do país, processo que se arrasta, pelo menos, desde a metade do século XIX e atinge, no começo do século, o seu cume com as alterações trazidas pelo fim da escravidão, pela crise da produção açucareira, e pelo surgimento das usinas, que põem os banqueiros em processo falimentar. Tudo isso acompanhado da emergência de um novo polo de poder no país: o Sul, com a Proclamação da República. Os discursos políticos dos representantes dos estados do Norte, antes dispersos, começam a se agrupar em torno de temas que sensibilizam a opinião pública nacional e podem carrear recursos e abrir *locus* institucionais no Estado. A seca, o cangaço, o messianismo, as lutas de parentela pelo controle dos Estados, são os temas que fundarão a própria ideia de Nordeste, uma área de poder que começa a ser demarcada, com fronteiras que servirão de trincheiras para a defesa dos privilégios ameaçados. A elaboração da região se dá, no entanto, no plano cultural, mais do que no político. Para isso contribuirão decisivamente as obras sociológicas e artísticas de filhos dessa “elite regional” desterritorializada, no esforço de criar

novos territórios existenciais e sociais, capazes de resgatar o passado de glória da região, o fausto da casa-grande, a “docilidade” da senzala, a “paz e estabilidade” do Império. O Nordeste é gestado e instituído na obra sociológica de Gilberto Freyre, nas obras de romancistas como José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz; na obra de pintores como Cícero Dias, Lula Cardoso Ayres etc. O Nordeste é gestado como o espaço da saudade dos tempos de glória, saudades do engenho, da sinhá, do sinhô, da Nega Fulô, do sertão e do sertanejo puro e natural, força telúrica da região.

No terceiro capítulo, abordaremos uma série de reelaborações da ideia de Nordeste, feitas por autores e artistas ligados ao discurso da esquerda. Nordestes gestados, a partir dos anos trinta, por meio de uma operação de inversão das imagens e enunciados consagrados pela leitura conservadora e tradicionalista que dera origem à região. Nordestes onde não mais se sonha com a volta ao passado, mas com a construção do futuro, e que guarda com aqueles familiaridades, como a negação da modernidade e do sistema capitalista, em nome da construção de uma nova sociedade. Obras como as de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Portinari, João Cabral de Melo Neto produzem Nordestes vistos pelo avesso; Nordestes como região da miséria e da injustiça social; o *locus* da reação à transformação revolucionária da sociedade. Nordestes dos coronéis e comendadores discricionários e dos Fabianos e Severinos amarelos, servis, quase animais a grunhir em seu estado absoluto de alienação. Nordestes que, mesmo assim, fundamentavam com seus mitos populares o sonho de se constituir em territórios de revolta contra a exploração e a dominação burguesas. Estes Nordestes, construídos pelo avesso, ficam presos, no entanto, aos mesmos temas, imagens e enunciados consagrados e cristalizados pelos discursos tradicionalistas. Aprofunda, de certa forma, a própria elaboração regional, feita pelos discursos tradicionalistas, que haviam escolhido o lugar de vítimas, de coitadinhos, de pedintes, de injustiçados, para ocuparem nacionalmente. Estes “revolucionários” ajudam os “reacionários” a consagrarem uma dada imagem e um texto da região, que se impõem, até hoje, como verdade; uma visibilidade e uma dizibilidade das quais poucos, como os tropicalistas, conseguiram fugir.

NOTAS

1. Programa *Documento Especial* (Sistema Brasileiro de Televisão); *Programa Legal* (Rede Globo); as novelas *Tieta do Agreste*, *Pedra sobre Pedra*, *Renascer* (Rede Globo); *Globo Repórter* (Rede Globo). Ver Rachel de Queiroz, “Os olhos tortos da mídia”, *O Estado de S. Paulo* (OESP), 17/6/1988, s/p.

2. Ver Roberto da Matta, *O Que Faz o Brasil, Brasil?*, p. 13; Dante Moreira Leite, *O Caráter Nacional Brasileiro*, p. 96 e segs.; Roland Barthes, “A escritura do visível”, in *O óbvio e o Obtuso*, p. 9 e *Fragments de um Discurso Amoroso*, p. 24.

3. Sobre a relação entre poder e saber, ver Michel Foucault, *História da Sexualidade I (A Vontade de Saber)*, p. 88 e segs.

4. Para esta visão das relações de poder, ver Michel Foucault, *Microfísica do Poder*, p. 209 a 228.

5. Sobre os conceitos de visibilidade e dizibilidade, ver Gilles Deleuze, *Foucault*, e Michel Foucault, *A Arqueologia do Saber*.

6. Sobre a relação entre práticas discursivas e não-discursivas no pensamento de Foucault, ver Roberto Machado, *Ciência e Saber (A Trajetória da Arqueologia de Foucault)*.

7. Para a noção de espacialidade, ver Michel Foucault, “Sobre a Geografia”, in *Microfísica do Poder*, p. 153 a 166; Eni Pulcinelli Orlandi, *Terra à Vista*, p. 55 e segs.; Fernand Braudel, “O espaço e o tempo”, *OESP*, 29/7/1947, p. 6, c. 5.

8. Ver Michel Foucault, *Microfísica do Poder*; Roland Barthes, *Fragments de um Discurso Amoroso*, p. 1; Haroldo de Campos, “Parafênalia para Hélio Oiticica”, *Folha de S. Paulo* (FSP), Folhetim, 13/5/1984, p. 11; Dominique Maingueneau, *Novas Tendências em Análise de Discurso*; Eni Pulcinelli Orlandi, *Op. cit.*, p. 25 e segs.

9. Ver Paul Veyne, *O Inventário das Diferenças*; Luiz B. Orlandi, “Do enunciado em Foucault à teoria da multiplicidade em Deleuze” in *Foucault Vivo* (Ítalo Tronca, org.), p. 11 a 42.

10. Ver Celina Albino & Nísia Werneck, “Anotações sobre espaço e vida cotidiana”, in *Espaço e Debates* n. 17, ano VI, p. 33 a 43; Margareth Rago, *Os Prazeres da Noite*, p. 23.

11. Ver Michel Foucault, “Sobre a Geografia”, in *Microfísica do Poder*, p. 153 a 166.

12. *Idem*, *ibidem*.

13. Sobre a relação entre identidade e diferença, ver Gilles Deleuze, *Diferença e Repetição*, p. 71 e segs. e 185; Luiz Carlos Maciel, “O esvaziamento da realidade”, *Folha de S. Paulo*, Folhetim, 27/2/1977, p. 23.

14. Ver Ademir Gebara, *História Regional: uma discussão*; Rosa Maria Godoy Silveira, *O Regionalismo Nordestino*; Francisco de Oliveira, *Elegia para uma Re(li)gião*.

15. Para a noção de ilusão referencial, ver Paul Veyne, *Como se Escreve a História*, p. 11.

16. A utilização do método de torção de enunciados e imagens nos foi sugerido pela leitura do livro de Roberto Machado, *Deleuze e a Filosofia*, p. 250 e segs.

17. Sobre a relação entre sujeitos e condições de possibilidade históricas, ver Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 384 e segs.

18. Ver Jeanne Marie Gagnebin, "Origem da alegoria, alegoria da origem", *Folha de S. Paulo*, Folhetim, 9/12/1984, p. 8; José Américo Mota Pessanha, "Bachelard: as asas da imaginação", *Folha de S. Paulo*, Folhetim, 10/6/1984, p. 9; Walter Benjamin, "As imagens de Proust" in *Magia e Técnica, Arte e Política* (Obras Escolhidas, v. I), p. 36.

19. Ver Roland Barthes, "A escritura do visível", in *O Óbvio e o Obtuso*, p. 9; Scarlett Marton, "Foucault leitor de Nietzsche" in *Recordar Foucault* (Renato Janine Ribeiro, org.).

20. Ver Michel Foucault, *Microfísica do Poder*, p. 15 e segs.; Roberto Machado, *Ciência e Saber (A Trajetória da Arqueologia de Foucault)*.

Capítulo I

GEOGRAFIA EM RUÍNAS

O Nordeste é filho da ruína da antiga geografia do país, segmentada entre “Norte” e “Sul”. No início dos anos vinte, a percepção do intelectual que desembarca no Recife, vindo do Estados Unidos, é de que a própria paisagem, o próprio físico da região, alterara-se profundamente. Seria outra, a sua crosta. Outra, a fisionomia. Seu olhar que entrara em contato com o mundo moderno é obrigado a admitir que a paisagem perdera o ar ingênuo dos flagrantos de Koster e de Henderson para adquirir o das modernas fotografias de usinas e avenidas novas. O espaço “natural” do antigo Norte cederá lugar a um espaço artificial, a uma nova região, o Nordeste, já prenunciada nos engenhos mecânicos ciclópicos usados nas obras contra as secas, no final da década anterior.

Beirando os canaviais e algodoads, corriam agora linhas telegráficas, fios de telefone, vias férreas. E ao longo dos caminhos movimentados pela “Great Western” e pelos “Hudsons”, “Fords” e “Studbakers” contrastavam os montes a sangrar e como que raspados à unha de sua vegetação. Rompem-se padrões de sociabilidade tradicional. As cidades muito se modificavam com a construção, sobre modelos europeus do século XIX, de gares, de mercados, bancos; com os novos tipos de arquitetura de confeitaria, com a preocupação da linha reta à americana, que por completo alterara, no Recife, o à-vontade de antigas ruas. Os casarões vastos de outrora, de uma alvura franciscana ao sol, eram agora substituídos pelas arrivistas usinas, fumando seus indolentes charutos.¹

A invenção do Nordeste, a partir da reelaboração das imagens e enunciados que construíram o antigo Norte, feita por um novo discurso regionalista, e como resultado de uma série de práticas regionalistas, só foi possível com a crise do paradigma naturalista e dos padrões tradicionais de sociabilidade que possibilitaram a emergência de um novo olhar em relação ao espaço, uma nova sensibilidade social em relação à nação, trazendo a necessidade de se pensar em questões como a da identidade nacional, da raça nacional, do caráter nacional, trazendo, ainda, a necessidade de se pensar uma cultura nacional, capaz de incorporar os diferentes espaços do país.

O olhar regionalista

Assistimos, na década de vinte, à emergência de um novo regionalismo, não mais aquele difuso e provinciano do século XIX e início do século XX, mas um regionalismo que reflete as diferentes formas de se perceber e representar o espaço nas diversas áreas do país. Com mudanças substanciais no campo econômico e técnico, como a industrialização, a urbanização, a imigração em massa, o fim da escravidão, o Centro-Sul, notadamente São Paulo, vai se tornando uma área bastante diferenciada do restante do país. Somem-se a isso as novas formas de sensibilidade artística e cultural trazidas pelo modernismo; os novos códigos de sociabilidade que aí se desenvolvem mais intensamente; as novas concepções acerca da sociedade, da modernização e da modernidade.

No antigo Norte, vive-se um período de crise acentuada, com mudanças também substanciais que advêm do processo de aprofundamento de sua dependência econômica, de sua submissão política em relação às outras áreas do país, do seu problema de adoção de uma tecnologia mais avançada e de assegurar mão de obra suficiente para suas atividades. A resistência maior de padrões mais tradicionais de sensibilidade e sociabilidade diferenciam a maneira de ver, de dizer e de pensar a questão da nação, quando esta se coloca com ênfase após a Primeira Guerra.

A guerra havia trazido como consequência a própria redistribuição mundial de poder com a ascensão dos Estados Unidos e a reorganização do mapa europeu. Com ela, a história parecia ter definitivamente penetrado o espaço. Tempo e espaço, que eram vistos na *epistême* clássica como dimensões antagônicas, se encontram. Na *epistême* moderna, a história passa a ser o lugar de todas as coisas, inclusive das espacialidades.

No Brasil, a guerra vai contribuir para a ruína progressiva da sensibilidade *belle époque*, que olhava para o espaço brasileiro como natureza e tropicalidade exótica e que colocava o meio ao lado da raça como fatores determinantes para o atraso da sociedade e da cultura brasileira.

A partir deste momento, para visualizar a nação em toda a sua complexidade, os vários discursos, tanto no Norte quanto no Sul, partem para a análise do próprio espaço de onde são emitidos. Buscam nas partes a compreensão do todo, já que se vê a nação como um organismo composto por diversas partes, que deviam ser individualizadas e identificadas. A busca da nação leva à descoberta da região com um novo perfil. Diferentes saberes, seja no campo da arte ou da ciência, são mobilizados, no sentido de compreender a nação, a partir de um jogo de olhares que perscruta, permanentemente, as outras áreas e volta-se para si próprio, para calcular a distância, a diferença, e para buscar as formas de apagar estas descontinuidades que bloqueiam a emergência da síntese nacional. Cada discurso regional terá um diagnóstico das causas e das soluções para as distâncias encontradas entre as diferentes áreas do país.

O antigo regionalismo, inscrito no interior da formação discursiva naturalista, considerava as diferenças entre os espaços do país como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. As variações de clima, de vegetação, de composição racial da população explicavam as diferenças de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas. Explicavam a psicologia, enfim, dos diferentes tipos regionais.

As grandes distâncias, a deficiência nos meios de transporte e comunicação, o baixo índice de migrações internas entre Norte e Sul, tornavam estes espaços completamente desconhecidos entre si, verdadeiros mundos separados e diferentes que se olhavam com o mesmo olhar de estranhamento com que nos olhavam da Europa.

O nacionalismo vai acentuar, na década de vinte, as práticas que visavam ao conhecimento do país, de suas particularidades regionais. Cogita-se, nesse momento, da publicação até de uma Enciclopédia Brasileira que reunisse informações acerca de nossas diversas realidades como ponto de partida para se pensar uma política de nacionalização, de unificação, de superação dessas distâncias que impediam a emergência da nação. Os regionalismos são sempre pensados como um entrave a esse processo, embora só se acentuem à medida que a constituição da nação não era um processo neutro, mas um processo politicamente orientado, que significava a hegemonia de uns espaços sobre outros.²

Torna-se comum a visita de “especialistas e curiosos” a outras áreas do país. Como a centralização do poder, no Rio de Janeiro, obrigava a vinda dos políticos dos Estados do Norte, pelo menos para essa cidade, o desconhecimento do restante do país era mais acentuado entre as populações dos Estados do Sul, que, em sua maioria, apenas ouviam falar do Norte pela imprensa, sobretudo daquilo que os discursos de seus representantes, no Parlamento, diziam e faziam ver.

O próprio desenvolvimento da imprensa e a curiosidade nacionalista de conhecer “realmente” o país fazem com que os jornais encham-se de notas de viagem a uma ou outra área do país, desde a década de vinte até a de quarenta. O que chama a atenção é exatamente os costumes “bizarros e simpáticos” do Norte ou “estrangeiros e arrivistas” do Sul. Esses relatos fundam uma tradição, que é tomar o espaço de onde se fala como ponto de referência, como centro do país. Tomar seus “costumes” como os costumes nacionais e tomar os costumes das outras áreas como regionais, como estranhos. São Paulo, Rio de Janeiro ou Recife se colocam como centro distribuidor de sentido em nível nacional. As “diferenças” e “bizarrias” das outras áreas são marcadas com o rótulo do atraso, do arcaico, da imitação e da falta de raiz.³

Esses relatos do estranhamento funcionam também no sentido de criar uma identidade para a região de quem fala, em oposição à área de que se fala. Inventa-se o paulista ou o nordestino, por exemplo, atentando para as diferenças entre o espaço do sujeito do discurso e o que ele está visitando, ao qual, quase sempre, se impõe uma imagem e um texto

homogêneo, não atentando para suas diferenças internas. Muitas vezes o que se descreve são aspectos, costumes encontrados em um Estado ou uma área que são apresentados e descritos como “costumes do Norte ou do Nordeste” ou “costumes de São Paulo”. Veja-se, por exemplo, esta nota de viagem ao Nordeste de um articulista do jornal *O Estado de S. Paulo*:

“...algo sabíamos por leitura sobre a terra do sofrimento, que tem prados só de urzes, tem montanhas de penhascos, habitações só de colmos, céu que nunca se encobre...chão que nunca recebe orvalho, rios que não têm água. O Nordeste brasileiro só foi divulgado com tal designação após a última calamidade que assolou em 1919, determinando a fase decisiva das grandes obras contra as secas. (...) quando levas de esqualidos retirantes vieram curtir saudades infundas na operosidade do generoso seio sulino, quem sabe se ainda em dúvida, entre a miséria de lá e a abundância daqui...”⁴

O autor vai, ao mesmo tempo, reafirmando uma imagem que já possuía do Nordeste, por meio de leituras anteriores e, em contraponto, construindo uma imagem para o Sul. Ele chama atenção para o próprio momento de invenção daquele espaço, com a mudança de designação de Norte para Nordeste e insiste em qualificá-lo depreciativamente.

Esses novos discursos regionalistas foram acompanhados de novas práticas regionalistas, que só podem ser entendidas se levarmos em conta que, na década de vinte, quando o Nordeste é definitivamente instituído, mudanças importantes se verificavam também nas relações sociais:

1920. Folheando o principal jornal paulista, lemos:

“...Incontestavelmente o Sul do Brasil, isto é a região que vai da Bahia até o Rio Grande do Sul, apresenta um tal aspecto de progresso em sua vida material que forma um contraste doloroso com o abandono em que se encontra o Norte, com seus desertos, sua ignorância, sua falta de higiene, sua pobreza, seu servilismo”⁵.

Esta diferença acentuada na vida material e social das duas áreas quase sempre é atribuída à presença do trabalho dos imigrantes no Sul e à falta deles no Norte. O fim das relações escravistas de trabalho e a

questão da transição para o trabalho livre são detonadores não só da reordenação dos vários espaços do país, bem como fundamentais para entendermos a emergência destes regionalismos cada vez mais militantes. A regionalização do mercado de trabalho com a abolição e a concentração do processo imigratório no Sul, notadamente em São Paulo, induz a emergência de práticas regionalistas e querelas que atravessam todas as primeiras décadas deste século.

Encantados com a superioridade dos imigrantes e tendo uma visão depreciativa do nacional, intelectuais como Oliveira Vianna e Dionísio Cerqueira veem no nordestino o próprio exemplo de degeneração racial, seja do ponto de vista físico ou intelectual. Eles consideram a miséria uma consequência do encontro entre um hábitat desfavorável e uma raça, fruto do “cruzamento de indivíduos de raças extremas e da submestiçagem”. Comparando a situação econômica de São Paulo com a dos Estados do Norte do país, eles atribuem ao maior eugenismo da raça “paulista”, à sua superioridade como meio e como povo, a ascendência econômica e política no seio da nação. A superioridade de São Paulo era natural, e não historicamente construída. O Nordeste era inferior por sua própria natureza, sendo o “bairrismo paulista” uma lenda.⁶

Essas notas de viagem mostram como o pensamento naturalista continuava povoando muitas mentes e como as mudanças representadas pelo modernismo, que emergiu em oposição a esta visibilidade e dizibilidade do país, ainda não haviam se generalizado.

Paulo de Moraes Barros, jornalista de *O Estado de S. Paulo* enviado a uma visita a Joazeiro, considera a inferioridade racial dos nordestinos como responsável pelo aparecimento dos “fanáticos boçais que se disseminavam por toda parte na região” e pelas “turbas que os assediavam, homens e mulheres de aspectos alucinados, olhos esbugalhados, com os braços estendidos, atirando-se por terra, tentando tocar a barra da batina do beato”, como também pela “violência dos bandidos facinorosos”. Questionava-se como podia tal povo ser a base de construção de uma nação.⁷

Logo após essa série de artigos intitolados “Impressões do Nordeste”, o mesmo jornal inicia outra série intitulada “Impressões de São Paulo”,

com o nítido objetivo de construir uma imagem para São Paulo, em contraposição às descrições do Nordeste feitas por Paulo Moraes. A estratégia era demonstrar a superioridade de São Paulo e de sua população, formada por elementos europeus. Nesses artigos, São Paulo aparece como um espaço vazio que teria sido preenchido por populações europeias. Assim, a escravidão e os negros parecem não ter aí existido; os índios e os mestiços menos ainda. São Paulo e todos os paulistas seriam europeus: “Eles chegaram do Atlântico, radicaram-se na terra fértil, fizeram o seu engrandecimento e muitos, a própria abastança”. Mesmo os velhos paulistas que somariam no máximo 30% da população, descendentes das grandes famílias do I e II séculos, “foram sempre uma raça exuberantemente fértil em tipos moral e fisicamente eugênicos”, o que os distinguia de outros grupos nacionais.⁸

O regionalismo paulista se configura, pois, como um “regionalismo de superioridade”, que se sustenta no desprezo pelos outros nacionais e no orgulho de sua ascendência europeia e branca. São Paulo seria, para este discurso regionalista, o berço de uma nação “civilizada, progressista e desenvolvimentista”. As mudanças urbanas que estavam ocorrendo na cidade de São Paulo, com a “destruição do quadro medieval, representado pela Igreja do Carmo, pelo Piques, pela rua da Santa Casa” e a emergência da “Pauliceia” “americanizada e fulgurante, mais de acordo com a sementeira metálica do Braz”, são símbolos da modernidade, da civilização que São Paulo estaria em condição de generalizar para todo o país. Os modernistas são fruto deste deslumbramento dos sentidos com o novo mundo urbano que parecia nascer célere, na década de vinte, em São Paulo. Até para estes o Nordeste emerge como um “grande espaço medieval” a ser superado pelos “influxos modernizantes, partidos de São Paulo”. O fenômeno urbano, a modernização de cidades do Nordeste, como ocorria em Recife, neste momento, que tanto espanto causou a Oswald de Andrade, são desconhecidos, porque o próprio discurso regionalista nordestino o mostra como uma grande região rural, devastada pelas calamidades, configurando seu “regionalismo de inferioridade”.⁹

A curiosidade em torno desse Nordeste que era inventado, neste momento, como o “outro” de São Paulo, pode ser confirmada pelo sucesso

do espetáculo de Cornélio Pires, apresentado no Teatro Fênix em 1926, que se chamava: “Brasil Pitoresco — Viagem de Cornélio Pires ao Norte do Brasil”, feito para que o público risse das “coisas pitorescas, exóticas, esquisitas, ridículas, dos irmãos do Norte”. Descobre-se o nordestino como um bom tipo para espetáculos de humor.¹⁰

É fundamental perceber, nessas narrativas de viagem, a tensão que se estabelece entre o arquivo de imagens e enunciados com o qual o turista chega à região — fruto, em grande parte, do próprio discurso regionalista nordestino — e o que vai encontrando pela frente, que nem sempre atende às suas expectativas e à visão que tinha da terra. As narrativas parecem, às vezes, sem sentido, tal a contradição que se estabelece no discurso, entre o visto e o previsto. Viajando pelo Nordeste, já na década de quarenta, a articulista de *O Estado de S. Paulo*, Chiquinha Rodrigues afirma, por exemplo: “Nas regiões do Nordeste, interessante verdade! (veja a admiração) estão as terras onde há mais chuva no Brasil. O que ocasiona as secas, dizem os técnicos e maldizem os leigos, é a má distribuição das chuvas”; no entanto, logo em seguida, ela lança mão da cristalizada imagem do deserto para se referir ao Nordeste: “Oásis desse deserto merece tamanha deferência”. E continua: “Vamos desvendar os mistérios destas plagas singulares, onde um mundo de luz resplandece ao nosso olhar, onde o clima é ardente e quente ou temperado e doce”.¹¹

As contradições vão se acumulando e, à medida que a viagem prossegue, Chiquinha Rodrigues pergunta pela vegetação enfezada, pelas flores cor de sangue das palmatórias e dos cactos. É notório como procura uma página de Euclides da Cunha nos lugares por onde passa. Podemos flagrar frases inteiras de *Os Sertões* em sua descrição da paisagem: “O tapete de cordas duras e agressivas impedia que seja real o contato entre a criatura e a terra” ou “Como senhora em sua crueldade, surge em lugares destacados a Cabeça de Frade que abrolha à flor da caatinga, em pontos esverdeados, em atitudes agressivas. Tudo nela queima, fere e penetra em nossa mão”, mas “às primeiras chuvas, tudo se transforma; são as mil flores, a variedade de pássaros e borboletas...”¹² Um Nordeste, pois, cheio de contrastes e confrontos euclidianos.

Esse texto deixa claro que o que se diz da região não é o reflexo do que se vê *na* e *como* “região”. Os dois regimes de enunciação possuem uma independência, as palavras e as coisas são independentes; a região se institui, paulatinamente, por meio de práticas e discursos, imagens e textos que podem ter, ou não, relação entre si, um não representa o outro. A verdade sobre a região é constituída a partir dessa batalha entre o visível e o dizível. O que emerge como visibilidade regional não é representado, mas construído com a ajuda do dizível ou contra ele. Falar e ver são formas diversas de dominar este objeto regional, que podem se dirigir ou não no mesmo sentido. Nem sempre o enunciável se torna prática e nem toda prática é transformada em discurso. Os discursos fazem ver, embora possam fazer ver algo diferente do que dizem. São as estratégias de poder que orientam os encontros ou as divergências entre o visível e o dizível e o contato entre eles.¹³

Essa multiplicidade de focos de luz e falas que compõe a imagem de um dado espaço, de uma região, fica magistralmente explicitada nos artigos de Mário de Andrade, reunidos em *O Turista Aprendiz*, obra em que o autor descreve sua viagem de estudos aos Estados do Norte e Nordeste em 1927. Ele explorou o simultaneísmo dos pontos de vista (da intelectualidade urbana, da intelectualidade tradicional, do homem provinciano, rude, do “homem primitivo” etc.), evitando falar deste espaço, a partir só de seu olhar, de sua fala de estranho, de “sulista”. Ele se coloca numa posição de aprendiz, não de distanciamento. Esse aprendizado dará como fruto o livro *Macunaíma*, no ano seguinte. Neste, o autor pensa a nação como um encontro de diferentes épocas, espaços, imagens e vozes.¹⁴

Por isso, o que interessa a este trabalho não é saber se estes primeiros discursos, que começam a criar imagens do Nordeste para consumo do “Sul”, que fazem parte da institucionalização desse espaço pela visão do outro, seriam mentirosos ou falariam a verdade, estariam errados ou certos. O que interessa é entender como funcionaram e a serviço de que relações de força. Não se trata de buscar uma “verdadeira representação do Nordeste”, sua verdadeira interpretação, mas tentar entender a produção desse conceito e como ele funciona, seja dentro ou fora de suas fronteiras.

O novo regionalismo

Os discursos regionalistas surgem na segunda metade do século XIX, à medida que se dava a construção da nação e que a centralização política do Império ia conseguindo se impor sobre a dispersão anterior. Quando a ideia de pátria se impõe, há uma enorme reação que parte de diferentes pontos do país. Este regionalismo se caracterizava, no entanto, pelo seu apego a questões provincianas ou locais, já trazendo a semente do separatismo.¹⁵

A década de vinte é a culminância da emergência de um novo regionalismo, que extrapola as fronteiras dos Estados, que busca o agrupamento em torno de um espaço maior, diante de todas as mudanças que estavam destruindo as espacialidades tradicionais. O convívio tranquilo entre olho e espaço era profundamente transtornado e transformado pelo crescente advento dos artifícios mecânicos. O espaço perdia cada vez mais sua dimensão natural, geográfica, para se tornar uma dimensão histórica, artificial, construída pelo homem. As cidades em crescimento acelerado, a rapidez dos transportes e das comunicações, o trabalho realizado em meios artificiais aceleravam esta “desnaturalização” do espaço. O equilíbrio natural do meio é quebrado. Nas metrópoles se misturavam épocas, classes, sentimentos e costumes locais os mais diversos. Os espaços pareciam se partir em mil pedaços, a geografia entrar em ruína. O real parecia se decompor em mil planos que precisavam ser novamente ordenados por homens atônitos. Para isso de nada valiam as experiências acumuladas, pois tudo na cidade era novo, era chocante.

Mas a emergência de uma nova ideia de região não nasce apenas da mudança na sensibilidade em relação ao espaço, da mudança de relação entre o objeto, a região e o sujeito cognoscente; mas esse novo regionalismo nasce da mudança mais geral na disposição dos saberes, a qual provoca, inclusive, a mudança nas posições recíprocas e o jogo mútuo entre aquele que deve conhecer e aquilo que é objeto do conhecimento. Mudança esta não apenas na forma de olhar para o referente, este espaço fixo, mas a emergência de um novo modo de olhar e um novo objeto para ser visto. A

esta mudança geral na disposição dos saberes chamamos de emergência de uma nova formação discursiva.

A emergência da formação discursiva nacional-popular, a partir dos anos vinte, provoca o surgimento de uma consciência regional generalizada, difusa no espaço, que consegue ir se ligando às várias existências individuais, mas principalmente à própria vida coletiva.

No entanto, esta formação discursiva reservava para o recorte regional uma posição subordinada, quando não desarmoniosa. Ela participa do que poderíamos chamar de dispositivo das nacionalidades, ou seja, o conjunto de regras anônimas que passa a reger as práticas e os discursos no Ocidente desde o final do século XVIII e que impunha aos homens a necessidade de ter uma nação, de superar suas vinculações localistas, de se identificarem com um espaço e um território imaginários delimitados por fronteiras instituídas historicamente, por meio de guerras ou convenções, ou mesmo, artificialmente. Este dispositivo faz vir à tona a procura de signos, de símbolos, que preencham esta ideia de nação, que a tornem visível, que a traduzam para todo o povo. Diante da crescente pressão para se conhecer a nação, formá-la, integrá-la, os diversos discursos regionais chocam-se, na tentativa de fazer com que os costumes, as crenças, as relações sociais, as práticas sociais de cada região que se institui neste momento, pudessem representar o modelo a ser generalizado para o restante do país, o que significava a generalização de sua hegemonia.

A formação discursiva nacional-popular pensava a nação por meio de uma conceituação que a via como homogênea e que buscava a construção de uma identidade, para o Brasil e para os brasileiros, que suprimisse as diferenças, que homogeneizasse estas realidades. Esta conceituação leva, no entanto, a que se revele a fragmentação do país, a que seus regionalismos explodam e tornem-se mais visíveis.

Determinadas práticas diferenciadoras dos diversos espaços são trazidas à luz, para dar materialidade a cada região. A escolha de elementos como o cangaço, o messianismo, o coronelismo, para temas definidores do Nordeste, se faz em meio a uma multiplicidade de outros fatos, que, no entanto, não são iluminados como matérias capazes de dar uma cara à região. A escolha, porém, não é aleatória. Ela é dirigida pelos interesses

em jogo, tanto no interior da região que se forma, como na sua relação com outras regiões. A questão da identidade nacional põe, na ordem do dia, a questão das diferentes identidades regionais no país, que deviam ser destruídas para uns e reafirmadas para outros, já que para a visão moderna a identidade é uma essência que se opõe à diferença, vista como superficial, ela é um “ser”, uma função invisível e central. A imagem da região precisa, portanto, ser reelaborada seguindo estratégias variadas, sendo, portanto, móvel. O discurso regionalista não é apenas um discurso ideológico, que desfiguraria uma pretensa essência do Nordeste ou de outra região. O discurso regionalista não mascara a verdade da região, *ele a institui*. Ele, neste momento, não faz mais parte da mímese da representação que caracterizava a *epistême* clássica e que tomava o discurso como cópia do real; na modernidade este discurso é regido pela mímese da produção em que os discursos participam da produção de seus objetos, atua orientado por uma estratégia política, com objetivos e táticas definidos dentro de um universo histórico, intelectual e até econômico específico. O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de “verdades” sobre este espaço.

Essas figuras, signos, temas que são destacados para preencher a imagem da região, impõem-se como verdades pela repetição, o que lhes dá consistência interna e faz com que tal arquivo de imagens e textos possa ser agenciado e vir a compor discursos que partem de paradigmas teóricos os mais diferenciados. Vamos encontrar as mesmas imagens e os mesmos enunciados sobre o Nordeste em formulações naturalistas, positivistas, culturalistas, marxistas, estruturalistas etc.

Por isso, o discurso regionalista não pode ser reduzido a enunciação de sujeitos individuais, de sujeitos fundantes, mas sim a sujeitos instituintes. Nesse discurso, o espaço surge como uma dimensão subjetiva, como uma dobra do sujeito, como produto da subjetivação de sensações, de imagens e de textos por inúmeros sujeitos dispersos no social. Este discurso permite que as mesmas imagens e enunciados sejam agenciados por

diferentes sujeitos e eles são apenas articuladores no meio desta dispersão de enunciados, conceitos, temas e formas de enunciação. A consciência regional nordestina, ou paulista, não surge com um indivíduo ou com um grupo específico, ela emerge em pontos múltiplos, que vão aos poucos se encaixando, sendo unificados pelas necessidades colocadas pelo tempo. Uma nova consciência do espaço surge, principalmente, entre intelectuais que se sentem cada vez mais distantes do centro de decisão, do poder, seja no campo político, seja no da cultura e da economia. Uma distância tanto geográfica quanto em termos de capacidade de intervenção. Um intelectual regionalista quase sempre é aquele que se sente longe do centro irradiador de poder e de cultura. Ele faz da denúncia dessa distância, dessa carência de poder, dessa vitimização, o motivo de seu discurso.

O regionalismo é, no entanto, visto com bons olhos por alguns intelectuais nacionalistas. Sampaio Ferraz, por exemplo, considera que o apego natural à terra natal não colide com a formação da nacionalidade, mas se constituiu num pré-requisito indispensável. Os próprios modernistas achavam que a consciência regional era a primeira forma de manifestação da consciência nacional. Só que esta era um estágio a ser ultrapassado, quando houvesse a criação da consciência brasileira. Para Graça Aranha, o regionalismo se constituía apenas em meio de expressão, mas não um fim para a arte, que devia aspirar ao universal.¹⁶

Os projetos modernistas passavam pela incorporação dos diferentes Brasis, que substituíssem o Brasil *camouflé*, Brasil de elite afrancesada. A pesquisa de matérias de expressão regionais seria inicialmente importante, mas visando, como dizia Mário de Andrade, superar o segmentário regionalista, na direção da criação do “todo brasileiro”; visando superar os diferentes tipos regionais e chegar a nos constituir como povo, homogêneo na alma e no corpo. Em *Macunaíma*, por exemplo, a estrutura do livro se constrói em torno de várias oposições espaciais ou “regionais”, entre locais geográficos e culturais distintos; entre um espaço burguês, civilizado, capitalista e um espaço pré-capitalista, tradicional, “primitivo”. Mata-Virgem *versus* cidade arlequina. Mãe do Mato *versus* máquina. Bem de acordo com a percepção de Mário de que o Brasil não possuía uma identidade cultural por falta de tradição. Para ele, o trabalho do intelectual,

do artista, se colocava como construtor desta tradição. Nosso modernismo não tinha como tarefa o rompimento com a tradição, como estavam fazendo as vanguardas europeias, mas criar esta tradição, instituí-la. A identidade brasileira é aí segmentada entre um espaço tradicional e um espaço moderno, em que este significa a inibição às nossas possibilidades de vir a nos constituir em civilização autônoma, construída a partir de elementos culturais populares. Embora tocando o seu alaúde, Mário não deixa de se encantar com o tupi.¹⁷

Para Mário, o Brasil era esse encontro em que não se podia esquecer a cor local, local e variada, razão da dificuldade de o artista sentir o Brasil, ver e dizer o país sem passar pelo dado regional.

Segundo essa mesma convicção, o crítico de arte João Ribeiro achava que o pintor nacional devia fixar os diferentes tipos e as paisagens regionais, que iam “produzindo o espaço nacional”. Toda uma gente “que traça, lida e sofre, vai tecendo a rede de solidariedade da população brasileira sem rivalidades de nascimento, nem língua, nem religião”. Portanto, o nacional não seria mais do que um somatório de tipos e paisagens regionais. A pintura seria esse inventário e a cristalização dessas diversas manifestações do nacional. Uma pintura naturalista, registrando o regional como o lado primitivo da nação, que tendia a desaparecer.¹⁸

O regionalismo era inclusive um tema permanente na produção artística naturalista, anterior ao modernismo. Obras muito ligadas à intelectualidade provinciana e oligárquica, mas que serão fundamentais para a produção da nova ideia de regional, após a Primeira Guerra.

A literatura regionalista

Na produção literária brasileira, o regionalismo já se manifestava, pelo menos desde as décadas de cinquenta e sessenta do século XIX, quando o realismo paisagístico dá lugar, diríamos, a um “paisagismo histórico”, em que a simples descrição do Brasil como um conjunto de paisagens atemporais dá lugar a uma visão genealógica das diversas áreas

do país e de sua população, mais precisamente de suas “elites”. Emerge o narrador oligárquico, provinciano, que se especializa em escrever a partir da história de suas províncias e das parentelas dominantes. Esta vinculação dos intelectuais brasileiros a interesses locais é que, em grande medida, torna a segmentação regionalista um dos aspectos determinantes da produção artístico-cultural do país. Um regionalismo que, após a Proclamação da República, passa a se expressar cada vez mais sob o disfarce do nacionalismo. São visões e interpretações regionalistas que buscam se impor como nacionais, e cujo embate é um dado fundamental na história do país. Este embate é muito pouco estudado, porque, durante muito tempo, se deu maior ênfase a outros tipos de segmentações, como as de classe, de ideologia, de escolas de arte e estilos artísticos; ou mesmo à relação entre intelectual e Estado, já que este era pensado como o poder, não se alertando para estas relações de poder menores, na sociedade.¹⁹

Antonio Candido considera o regionalismo como uma das primeiras vias de autodefinição da consciência local.

“O nosso nacionalismo foi antes forjado em posições regionalistas. Mas o regionalismo pré-modernista se mostrava, com seu ‘conto sertanejo’, artificial, pretensioso, criando um sentimento subalterno e fácil de condescendência em relação ao próprio país, encarando com olhos europeus nossas realidades mais típicas. O homem do campo é visto como pitoresco, sentimental, jocoso”.²⁰

O regional para o intelectual regionalista era um desfile de elementos culturais raros, pinçados como relíquias em via de extinção diante do progresso. Uma narrativa antiquário que resgatava o que estava prestes a ser passado. Nele predomina um verbalismo de efeito, servindo o registro dialetal para marcar a diferença em relação ao homem culto e enfeitar uma prosa carente de matéria ficcional. Ele toma elementos do folclore e da cultura popular, notadamente rural, abordando-os com indisfarçável postura de superioridade, com um olhar distante que procura marcar, inclusive na própria escritura, o pertencimento a mundos diversos.

A literatura regionalista procura afirmar a brasilidade por meio da diversidade, ou seja, pela manutenção das diferenças peculiares de

tipos e personagens; por paisagens sociais e históricas de cada área do país, reduzindo a nação a um simples somatório dessas espacialidades literárias diversas.

A produção regionalista do início do século evidenciava o projeto naturalista-realista de fazer uma literatura fiel à descrição do meio. Meio que se diferenciava cada vez mais e se tornava cada vez menos natural com o avanço das relações burguesas. Este naturalismo teria dado origem, no Brasil, a um estilo tropical, emocional, sensual, de produzir literatura. Nossa literatura seria diferente da fria e decadente literatura europeia, pela própria influência que o meio e a raça exerciam sobre nossa escritura e nossa psicologia.²¹

Os Sertões de Euclides da Cunha, publicado em 1906, é sempre tomado como um marco dessa produção nacional, tropical, naturalista. Nas décadas seguintes, os críticos vão atribuir a este livro o início da procura pelo verdadeiro país, pelo seu povo, tendo posto por terra a ilusão de nos proclamarmos uma nação europeia e mostrado a importância de sermos americanos. Com ele, teríamos iniciado a busca da nossa origem, do nosso passado, da nossa gente, da nossa terra, dos nossos costumes, das nossas tradições. Teríamos ficado conhecendo, com ele, a influência do ambiente sobre o nosso caráter e a nossa raça em formação.

Os Sertões é, sem dúvida, um marco, no sentido de que esboça os elementos com que vai ser pensado o problema de nossa identidade nacional. É um livro que fornece imagens e enunciados para os diferentes discursos regionais. Em Euclides aparece formulado o par de opostos que vai perpassar os discursos sobre nossa nacionalidade: o paulista *versus* o sertanejo. Essa dicotomia já surge, em seu livro, superada. Neste, a unidade nacional era garantida pela presença dos “paulistas”, ou seus descendentes, no sertão do Norte do país, ou seja, o elemento de unidade nacional, nossa raça típica seria o sertanejo, mas este era um “paulista” isolado no sertão, livre das influências deletérias do litoral e dos cruzamentos raciais com o negro. Esse par de opostos é retomado à exaustão, posteriormente, e Euclides citado como aquele que demonstrou ser o sertanejo nordestino o herói nacional, a “chama viva de nossa nacionalidade”, ou como aquele que demonstrou ser o paulista a base sobre a qual se ergueu a nação.

Dependendo da estratégia de quem fala, Euclides é atualizado de uma forma diferente, já que seu livro, tenso entre ambiguidades, entre mito e história, entre ciência e arte, assim o permite.²²

Outra dicotomia sobre a qual se constrói o livro de Euclides é a que opõe litoral e sertão. Ela será tema de muitos discursos e trabalhos artísticos e torna-se uma questão arquetípica da cultura brasileira. Ela emerge da própria discussão nacionalista em torno da questão da cultura e sua relação com a civilização, sendo o litoral o espaço que representa o processo colonizador e desnacionalizador, local de vidas e culturas voltadas para a Europa. O sertão aparece como o lugar onde a nacionalidade se esconde, livre das influências estrangeiras. O sertão é aí muito mais um espaço substancial, emocional, do que um recorte territorial preciso; é uma imagem-força que procura conjugar elementos geográficos, linguísticos, culturais, modos de vida, bem como fatos históricos de interiorização como as bandeiras, as entradas, a mineração, a garimpagem, o cangaço, o latifúndio, o messianismo, as pequenas cidades, as secas, os êxodos etc. O sertão surge como a colagem dessas imagens, sempre vistas como exóticas, distantes da civilização litorânea. É uma ideia que remete ao interior, à alma, à essência do país, onde estariam escondidas suas raízes.²³

O tema do sertão serve para os intelectuais nacionalistas lançarem uma crítica a toda a cultura de importação, à subserviência litorânea, aos padrões culturais externos. A busca do interior, do sertão; a “marcha para o Oeste” coloca-se como uma fixação desses intelectuais, e é adotada no pós-30, pelo Estado, com um nítido caráter geopolítico de integração dos grandes espaços interioranos à nação.

A relação entre o sertão e a civilização é sempre encarada como excludente. É um espaço visto como repositório de uma cultura folclórica, tradicional, base para o estabelecimento da cultura nacional. Para o próprio Euclides, como para Monteiro Lobato, a civilização devia, no entanto, ser levada ao sertão, resgatando essa cultura e essas populações que aí viviam. Lobato, em *Urupês*, uma das primeiras obras a contestar o regionalismo literário falso e exótico, das primeiras décadas do século, procura focalizar momentos da vida social do interior, com ironia, com sarcasmo, criticando a falta de políticas de modernização do interior do

país, embora desacredite da própria capacidade destes homens pobres, vistos como, por natureza, preguiçosos, indolentes, sem iniciativa. Só uma vanguarda modernizadora podia recuperar o sertão para a civilização. Uma civilização nacional, não importada da Europa.²⁴

Para Lobato, o verdadeiro Brasil, o que queria mostrar, era o Brasil do interior, não era o Brasil artificial, macaqueado do estrangeiro. Era o Brasil do campo, não o das grandes cidades.

“O Brasil não era um São Paulo, enxerto do garfo italiano, nem o Rio artificial português. O Brasil está no interior, onde o sertanejo vestido de couro vasqueja nas coxilhas onde se domam potros. Está nas caatingas estorricadas pela seca, onde o bondiorno cria dramas, angústias e dores intermináveis à gente litorânea”.²⁵

Este regionalismo naturalista, esta visão do regional, altera-se profundamente com a emergência da nova relação entre espaço e olhar trazida pela modernidade, bem como todas as mudanças nas relações sociais e sua espacialização. O modernismo, fruto deste processo, condena esteticamente o regionalismo naturalista e busca integrar o elemento regional a uma estética nacional. No entanto, política e estrategicamente, o modernismo se deixa apanhar na rede das relações regionalistas. O próprio movimento pode ser encarado como uma reação regionalista, senão provinciana, contra a “grande camelot acadêmica, o sorriso da sociedade” que era comandada pelo Rio de Janeiro. Incomodava aos modernistas que o Rio continuasse sendo o centro cultural do país, quando São Paulo já era o grande centro econômico e detinha grande influência política. O modernismo se alimentou do regionalismo paulista, como reconhece Mário de Andrade, principalmente, da larga produção da *Revista do Brasil*.²⁶

O primeiro livro do movimento, que é do próprio Mário, *Pauliceia Desvairada*, escrito ainda em 1921, canta a cidade materna, deixando claro que, mesmo esteticamente, o modernismo vai reelaborar o fato regional, mas não abandoná-lo. A gritaria modernista contra o regionalismo se inscreve muito mais em uma estratégia política, de unificação do espaço cultural do país, a partir de São Paulo e da linguagem e visão modernis-

tas. Alguns projetos modernistas vão subsidiar as próprias ambições de hegemonia política paulista, no plano federal. O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, dirigido por Mário, é orientado no sentido de “contribuir para a formação do homem brasileiro, o ser geral e coletivo, que será o único capaz de conservar a nossa unidade nacional”. Seus objetivos e as pesquisas que ele empreende ultrapassam em muito os de um simples departamento municipal, sendo declaradamente criado como um ensaio para a montagem do Instituto Brasileiro de Cultura (IBC), de onde os modernistas poderiam fazer seus códigos estéticos prevalecerem nacionalmente.²⁷

O que o modernismo fez foi incorporar o elemento regional a uma visibilidade e dizibilidade que oscilavam entre o cosmopolitismo e o nacionalismo, superando a visão exótica e pitoresca naturalista. Esses elementos são retrabalhados ora para destruir sua diferença, ora para ressaltá-la, apagando aquela distância produzida pelo olhar europeizado. Entrando em empatia com o dado regional para diluí-lo ou integrá-lo a um discurso, a um texto e a uma imagem que os resgatasse como signos livres e soltos de suas antigas espacialidades, dos antigos territórios a que pertenciam. O cacto, por exemplo, passa a ser um signo de brasilidade, do primitivismo, da aspereza de nossa realidade nacional, nos quadros de Tarsila do Amaral, surgindo em paisagens que nada têm a ver com as paisagens naturais da caatinga nordestina onde é predominante.²⁸

O regionalismo anterior ao modernismo, preso a uma visão naturalista da arte, voltava-se à descrição pormenorizada dos diferentes meios e tipos regionais. O Brasil era apenas uma coleção de paisagens sem síntese ou estrutura imagético-discursiva que dessem unidade. O modernismo vai tomar os elementos regionais como signos a serem arquivados para poder posteriormente rearrumá-los numa nova imagem, em um novo texto para o país. Uma centralização de sentidos. Uma significação de toda a dispersão do material regionalista pela central de distribuição de sentido modernista, o que Mário de Andrade chamava de “apagamento dos regionalismos pela descentralização da inteligência”.²⁹ Isso deixa claro que o autor considerava que a inteligência estava centralizada com os modernistas. São Paulo é erigido como *a porta de chegada do moderno ao*

país, por já vivenciar a cultura de massas e ser a “única cidade não folclórica e tradicionalista”, embora autores como Oswald de Andrade e Mário de Andrade ressaltem as contradições e limites da própria modernidade de São Paulo.

O regionalismo literário naturalista, criticado pelo modernismo, bem como o sentimento regionalista que se aguçava tanto no Norte como no Sul do país, contribuem para a emergência do recorte regional Nordeste.

Norte *versus* Sul

A diferenciação progressiva entre o Norte e o Sul do país já era tema de diferentes discursos, desde o final do século XIX. Coerentes com os paradigmas naturalistas, colocam como responsável por tal distanciamento as questões da raça e do meio. Nina Rodrigues, por exemplo, já chamava a atenção para o perigo constante de dilaceramento da nacionalidade entre uma civilização de brancos no Sul e a predominância mestiça e negra no Norte. A imagem da guerra civil americana, ainda bem presente, fazia aumentar os temores de uma secessão entre dois espaços que claramente se desenvolviam em ritmos diferentes. Para Nina, isso se explicava pela presença majoritária do mestiço indolente, inerte, subserviente na área ao Norte do país e pela dominância do elemento branco, forte, empreendedor, dominador, nas áreas ao Sul.³⁰

Oliveira Vianna, duas décadas mais tarde, também considera o Sul, notadamente São Paulo, como “o centro de polarização dos elementos arianos da nacionalidade”, “local de uma aristocracia moral e psicologicamente superior”. O Sul seria o fundamento da nação, em detrimento daquelas áreas “onde dominavam as camadas plebeias, mestiças, profusa mistura de sangues bárbaros”, inferiores psicologicamente, ou desorganizadas em sua oralidade. Para Vianna, o destino do Norte era ficar cada vez mais subordinado à influência dominadora dos grandes campos de atração do Sul. Os elementos mais “eugênicos” do Norte, capazes de enfrentar as novas condições sociais que surgiam no Sul, tendiam a migrar,

drenando para esta área os mais ousados, ativos, ambiciosos e enérgicos. Na área setentrional do país ficariam apenas os degenerados raciais e sociais. Estes movimentos migratórios são fundamentais para a própria reordenação das espacialidades no país. Áreas que praticamente se desconheciam e populações que pouco contactavam, embora compusessem o mesmo país, iniciam um contato e um conhecimento mais apurado. É nesse momento que muitos dos estereótipos que marcam os diferentes espaços e populações do país se gestaram.

Oliveira Vianna se preocupava com o fato de que esta divisão “racial, psicológica e moral”, se refletisse na organização política do país, tornando-a caótica, regionalista, oligárquica, o que somada às pressões vindas do exterior, inibiria a formação de um espírito nacional e de um Estado verdadeiramente nacional.³¹

Para Nina Rodrigues, o próprio clima e o nível de civilização atingidos pelo Sul seriam responsáveis pela eliminação progressiva de possíveis manchas negras aí existentes. O Norte, por seu clima tropical e a pouca civilização, favorecia à manutenção dos elementos negros e mestiços, com sua inteligência viva e pronta, mas turbulenta, com sua inércia e indolência.³²

O Norte, segundo este pensamento naturalista, e, para alguns, o próprio país estavam condenados pelo caráter mestiço de sua raça e também pela tropicalidade de seu clima. Segundo os seguidores da antropogeografia, bem como da biotipologia, os trópicos não eram adequados para o desenvolvimento de uma civilização e, muito menos, os mestiços e negros eram capazes de realizá-la. O calor e a umidade geravam abatimento físico e intelectual, levando à superficialidade e ao nervosismo.³³

O Norte estaria condenado pelo clima e pela raça à decadência. Discursos partidos de ambos os espaços explicavam assim o atraso do país e reivindicavam a “realização providencial de injeção concentrada de sangue restaurador europeu, já que o nortista era geralmente pequeno e descarnado, com tendência à fixação do esqueleto defeituosa, sobretudo na ossatura torácica, cervical e craniana e tendendo a envelhecer precocemente”.³⁴

A questão da influência do meio era a grande arma política do discurso regionalista nortista, desde que a seca foi descoberta em 1877, como

um tema que mobilizava, que emocionava, que podia servir de argumento para exigir recursos financeiros, construção de obras, cargos no Estado etc. O discurso da seca e sua “indústria” passam a ser a “atividade” mais constante e lucrativa nas províncias e depois nos Estados do Norte, diante da decadência de suas atividades econômicas principais: a produção de açúcar e algodão. A seca torna-se o tema central no discurso dos representantes políticos do Norte, que a instituem como o problema de suas províncias ou Estados. Todas as demais questões são interpretadas a partir da influência do meio e de sua “calamidade”: a seca. As manifestações de descontentamento dos dominados, como o banditismo, as revoltas messiânicas e mesmo o atraso econômico e social da área, são atribuídos à seca, e o apelo por sua “solução” torna-se um dos principais temas dos discursos regionais.³⁵

O ano de 1877 é erigido como marco da própria decadência regional, como um momento decisivo para a derrota do Norte diante do Sul. Um momento de transferência de poder de uma área para outra. Freyre, por exemplo, atribui a esta seca e ao fim “abrupto” e sem indenização da escravidão o declínio da produção nordestina. Para Freyre, a seca de 1877 contribuiu inclusive para acelerar a própria abolição, já que obrigou a transferência de uma grande quantidade de escravos para o Sul, regionalizando o mercado de trabalho, destruindo solidariedades escravistas ao Norte. Segundo Freyre, a subordinação nortista foi acentuada ainda mais pelo êxodo de inteligências; homens de elite que a seca de 1877 transferiu para o Sul.³⁶

O discurso da seca, traçando “quadros de horrores”, vai ser um dos responsáveis pela progressiva unificação dos interesses regionais e um detonador de práticas políticas e econômicas que envolve todos “os Estados sujeitos a este fenômeno climático”. A descrição das “misérias e horrores do flagelo” tenta compor a imagem de uma região “abandonada, marginalizada pelos poderes públicos”. Este discurso faz da seca a principal arma para colocar em âmbito nacional o que chama de interesses dos Estados do Norte, compondo a imagem de uma área “miserável, sofrida e pedinte”. Este discurso da seca vai traçando assim uma zona de solidariedade entre todos aqueles que se colocam como porta-vozes deste

espaço sofredor. Aproxima os grandes proprietários da Zona da Mata dos comerciantes das cidades, e estes dos grandes produtores de algodão ou criadores de gado. Forma o que Freyre vai chamar de “elite regional”, capaz de sobreviver, durante décadas, com estes mesmos argumentos.

Já, no ano de 1919, a revista *Spartacus* atacava o discurso da seca, chamando-o de “uma das mais espantosas cavilações desses tempos de horror e de ódio” e “uma tremenda orgia às custas da nação”.³⁷

O cangaço e o messianismo, lidos pejorativamente tanto por “nortistas” como por “sulistas”, surgem, no discurso da seca, ligados a esse fenômeno, tornando-se mais um argumento em favor dos “investimentos e da modernização no Norte”. Para Lourenço Filho, articulista de *O Estado de S. Paulo*, no entanto, estes fenômenos se explicariam pela “violência e o fanatismo natural das populações do Norte”.³⁸

Os fenômenos messiânicos, notadamente Canudos, participaram decisivamente na construção da imagem do Norte e do nortista para as populações do Sul, devido à repercussão das reportagens de Euclides da Cunha, sobre o movimento, publicadas em *O Estado de S. Paulo*. Na década de vinte, o fenômeno do Padre Cícero também reforça esta imagem de fanatismo e loucura religiosa, que acompanha os nordestinos até hoje. O mesmo jornal envia a Juazeiro o repórter Lourenço Filho, que descreve o que “vê” em várias reportagens em que as imagens e enunciados euclidianos surgem constantemente.

O Norte aparece, para Lourenço Filho, como:

“um recuo no tempo para os olhos de um filho do Sul, a vida parece desandar, girar ao inverso, vinte anos menos em cada dia de viagem... Povo, hábitos, manifestações estéticas e religiosas, ideias e preconceitos, tudo soa no vazio de eco, com as vozes indefiníveis de alongado pretérito” (...) “a linguagem sustenta formas quinhentistas, abandonadas de muito mesmo em Portugal, de onde vieram”.

A descrição de Juazeiro segue de perto a narrativa euclidiana: “Todas elas (pessoas) resumem a mesma superstição, o mesmo fanatismo cego, doentio. O signo pedroso nem sempre é um marco de fé, nem já o atestado do sacrifício sangrento”.

Ele associa o fanatismo religioso à loucura; o título de um de seus artigos é: “No reino da insânia”, contra o qual sua “razão se revolta”.

“Não vendo ao redor senão rostos macerados, fisionomias impressionantes de iluminados e penitentes, o que se tem não é nenhuma vontade de rir, mas um furioso apelo à razão, que nos levaria a protestar, a gritar, a chamar à realidade aquele *estúpido rebotalho humano*, ensandecido e explorado na maior das covardias, se essa mesma razão não visse o perigo do desgraçado que ousasse ali esboçar que fosse um gesto de crítica ou dito de condenação”.³⁹

Seu olhar assustado e racionalizante recai sobre “os quadros de bizzarria, disparates e estranhamentos”. Ele seleciona aquilo que sai “fora do costume”, que é “exótico”, o que é “típico”: a flor de cacto resplendente de graça e brancura ou sangrenta como uma chaga aberta na própria pedra, as “mulheres que catam insetos nas cabeças dos meninos”, “o costume de encostar os pés nas paredes” etc. Todas imagens que preenchem a pré-concebida visão do atraso e da incivilidade do Norte, se comparado com o Sul.⁴⁰

O banditismo ou o cangaço é também outro tema que, eleito pelo “discurso do Norte” para atestar as consequências perigosas das secas e da falta de investimentos do Estado na região, de sua não modernização, adquire uma conotação pejorativa que vai marcar o nortista ou o nordestino com o estigma da violência, da selvageria. Aliás, esse medo do nortista e, especialmente, do homem de cor negra emerge com a constante insubordinação dos escravos, importados do Norte para o Sul. Submetidos a um ritmo de trabalho mais intenso e relações sociais mais despersonalizadas, esses escravos tendem a se amotinar, notadamente num período em que a consciência do eminente fim da escravidão crescia até mesmo entre a massa escrava. A fama do “negro mau” vindo do Norte está presente nos discursos que abolicionistas ou antiabolicionistas fazem na Assembleia Provincial de São Paulo e marcam a imagem do “homem do Norte”, desde o século anterior.⁴¹

O cangaço só vem reforçar essa imagem do nortista como homem violento e do Norte como uma terra sem lei, submetido ao terror dos “bandidos e facínoras”, além da violência de suas “oligarquias”. A descrição

das façanhas dos bandidos, colhida principalmente entre amedrontadas populações urbanas daquela área, possui quase sempre a mesma estrutura: descrevem o que “os facínoras fizeram ao saquear as diversas localidades, matando gente e animais, incendiando propriedades, desordenando famílias numa série inenarrável de crimes dos mais pavorosos e hediondos”. As narrativas sobre o cangaço são um dos raros momentos em que o Norte tem espaço na imprensa do Sul, assim como quando ocorria repressão a movimentos messiânicos, secas ou lutas fratricidas entre parentelas. Estas narrativas servem para marcar a própria diferença em relação ao “Sul” e veicular um discurso “civilizatório”, “moralizante”, racionalista, em que se remetem as questões do social para o reino da natureza ou da moral. O “Norte” é o exemplo do que o “Sul” não deveria ser. É o modelo contra o qual se elabora “a imagem civilizada do Sul”.⁴²

São essas imagens que impregnam o próprio Nordeste em construção, Nordeste das “áreas sedentas e implacáveis, onde o amor violento do sol trazia o vasto campo fendido e cortado em pedaços sem um fio de verde; por toda parte a segura e com ela a morte. Nem uma gota d’água para refrescar ao menos a vista”. Um Nordeste onde “de espaço em espaço surge o deserto árido e triste e sobre ele se arrastando longos, esguios e sinuosos os caminhos feitos pelos pés dos homens e pelo rastro dos animais, esqueléticos, movendo os ossos num ruído desencontrado”.⁴³

Portanto, seja na imprensa do Sul, seja nos trabalhos de intelectuais que adotam os paradigmas naturalistas, seja no próprio discurso da seca, o Norte aparece como uma área inferior do país pelas próprias condições naturais, ainda que no discurso da seca essa deficiência de meio e de raça deveria ser compensada pela atuação do Estado, investindo na modernização da área, numa política de imigração, numa série de medidas para “solucionar” o problema das secas. A certeza de que o rápido desenvolvimento do Sul, notadamente de São Paulo, se explicava por sua superioridade de clima e de raça, por ser um Estado de clima temperado e raça branca, levava a que não se tivesse dúvidas do destino desta área, “puxar o trem descarrilhado de uma nação tropical e mestiça”. O Norte ficaria “naturalmente” para trás. Só, pois, com a crise desses paradigmas naturalistas, com a emergência de um novo olhar em relação ao espaço,

com uma nova sensibilidade social em relação ao país e à nação, capaz de incorporar os diferentes espaços do país, vai ser possível a invenção do Nordeste como reelaboração das imagens e enunciados que construíram o antigo Norte.

NOTAS

1. Gilberto Freyre, “Vida social no Nordeste: aspectos de um século de transição”, in *O Livro do Nordeste*, p. 75.

2. Ver N/a, “A Enciclopédia Brasileira”, *O Estado de S. Paulo (OESP)*, 2/8/1936, p. 4, c. 3.

3. Ver, por exemplo, Paulo Moraes Barros, “Impressões do Nordeste”, *OESP*, 15/8/1923, p. 2, c. 2.

4. Idem, *ibidem*, 10/8/1923, p. 4, c. 4.

5. N/a, “O Bloco Político do Norte”, *OESP*, 3/9/1920, p. 4, c. 5.

6. Ver Oliveira Vianna, “Impressões de São Paulo”, *OESP*, 17/2/1924, p. 6, c. 6; Dionísio Cerqueira, “Impressões de São Paulo”, *OESP*, 17/2/1924, p. 6, c. 6.

7. Ver Paulo de Moraes Barros, “Impressões do Nordeste”, *OESP*, 16/8/1923, p. 3, c. 4.

8. Ver João Lima Verde, “Impressões de São Paulo”, *OESP*, 14/1/1925, p. 3, c. 4; Oliveira Vianna, “Impressões de São Paulo”, *OESP*, 17/2/1924, p. 6, c. 6; Dionísio Cerqueira, “Impressões de São Paulo”, *OESP*, 28/10/1923, p. 4, c. 3.

9. N/a, “A colonização nacional em São Paulo”, *OESP*, 15/10/1924, p. 4, c. 1; N/a, “A São Paulo que desaparece”, *OESP*, 12/5/1927, p. 4, c. 1.

10. Ver N/a, “Hoje, no Phenix”, *OESP*, 12/2/1926, p. 14, c. 1.

11. Ver Chiquinha Rodrigues, “Cortando o Nordeste”, *OESP*, 16/11/1941, p. 7, c. 7.

12. Idem, *ibidem*.

13. Sobre a relação entre o dizível e o visível, entre poder, dizibilidade e visibilidade, e entre objeto e discurso, ver Gilles Deleuze, *Foucault*, p. 57 a 78.

14. Mário de Andrade, *O Turista Aprendiz*, e Raul Antelo, “A costela de Macunaíma”, *OESP*, 17/9/1978, p. 3, c. 3 (Suplemento Cultural).

15. Ver Roberto Ventura, *Estilo Tropical*, p. 67.

16. Ver Sampaio Ferraz, *Cruzar e Nacionalizar*, p. 180; Mário de Andrade, “Oswald de Andrade”, in *Brasil em Tempo Modernista* (Martha Rosseti Batista, org.), p. 219; Graça Aranha, *Espírito Moderno*, p. 24.

17. Ver Mário de Andrade, “O Movimento Modernista”, *OESP*, 15/3/1942, p. 4, c. 1; Carlos Berriel, “A Uíara Enganosa”, in *Revista Ensaio*, v. 17/18, s/d., p. 210; Maria Célia Leonel, “Antes que me falem d’A Baçaceira”, *OESP*, 17/9/1978, p. 13, c. 3 (Suplemento Cultural).

18. Ver João R. Pinheiro, *História da Pintura Brasileira*, p. 87.
19. Ver Flora Süssekind, *O Brasil Não É Longe Daqui*, p. 187 a 221; Sérgio Miceli, *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*, p. 1 a 56.
20. Ver Antonio Candido, *Literatura e Sociedade*, p. 113.
21. Ver Roberto Ventura, *Op. cit.*, p. 36 a 44 e Eni Yatsuda, "O caipira e os outros", in *Cultura Brasileira: Temas e Situações* (Alfredo Bosi, org.), p. 108 e segs.
22. Ver Cyro T. de Pádua, "Aspectos da liderança de Antônio Conselheiro", *OESP*, 22/10/1942, p. 4, c. 1; N/a, "Os Sertões", *OESP*, 5/3/1938, p. 4, c. 9.
23. Ver Paulo Dantas, "Os Sertões como tema literário", in *Revista Brasiliense*, n. 5, maio/jun. 1956, p. 86.
24. Ver Otávio Dias Leite, "Vidas Secas", in *Revista Acadêmica*, n. 34, abr./1938, p. 10 e Monteiro Lobato, *Urupês*.
25. Ver Monteiro Lobato, *Op. cit.*
26. Ver Mário de Andrade, "O Movimento Modernista", in *Aspectos da Literatura Brasileira*, p. 236.
27. Ver Mário de Andrade, "Departamento Municipal de Cultura", *OESP*, 21/2/1936, p. 3, c. 2; "O Movimento Modernista", in *Aspectos da Literatura Brasileira*, p. 236.
28. Ver, por exemplo, os quadros *Abaporu* (1928), *Lua* (1928), *Distância* (1928).
29. Ver Mário de Andrade, "O Movimento Modernista", in *Aspectos da Literatura Brasileira*, p. 237 e 248.
30. Ver Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*, p. 17 e 18.
31. Ver Oliveira Vianna, *Raça e Assimilação*, p. 231 e segs. e *Evolução do Povo Brasileiro*, p. 165 e segs.; Dante Moreira Leite, *O Caráter Nacional Brasileiro*, p. 220 a 236.
32. Ver Nina Rodrigues, *Op. cit.*, p. 261 e segs.
33. Ver Roberto Ventura, *Op. cit.*, p. 17 e 18 e Graça Aranha, *Canaã*, p. 214.
34. Ver Sampaio Ferraz, *Op. cit.*, p. 25.
35. Ver Durval Muniz de Albuquerque Jr., *Falas de Astúcia e de Angústia: A Seca no Imaginário Nordestino*, p. 285 e segs.
36. Ver Gilberto Freyre, *Op. cit.*, p. 75.
37. Ver N/a, "O problema do Nordeste", in *Revista Spartacus*, n. 1, ago./1919, p. 1.
38. Ver Lourenço Filho, "Os milagres", *OESP*, 23/4/1920, p. 4, c. 3.
39. Idem, "No reino da insânia", *OESP*, 25/11/1925, p. 3, c. 3 (grifos nossos).
40. Idem, "Transpondo as trincheiras", *OESP*, 19/11/1925, p. 3, c. 1.
41. N/a, "O banditismo no Nordeste", *OESP*, 4/2/1927, p. 2, c. 3; Célia Maria Marinho de Azevêdo, *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*.
42. N/a, "O banditismo no Nordeste", *OESP*, 15/6/1927, p. 2, c. 3; 16/06/1927, p. 5, c. 3; 22/06/1927, p. 3, c. 1; 23/06/1927, p. 2, c. 3; 11/7/1927, p. 3, c. 8; 28/08/1927, p. 3, c. 1.
43. N/a, "O banditismo no Nordeste", *OESP*, 4/2/1927, p. 6, c. 4.